

ATA RESUMIDA DA 654ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

1) DATA E PRESENÇA

Dia trinta de novembro do ano de dois mil e quinze, com início às vinte e uma horas e trinta minutos, tendo assinado a lista de presença cento e sessenta e quatro Conselheiros.

2) MESA DIRETORA

Presidente:	José Manssur
Vice-Presidente:	José Luiz Toloza Oliveira Costa
Primeiro Secretário:	Antonio Alberto Foschini
Segundo Secretário:	José Roberto Coutinho de Arruda
Terceiro Secretário:	Luiz Fernando Pugliesi Alves de Lima

3) ABERTURA DA REUNIÃO

Presidente – Declarou instalada a reunião, desde logo adentrando a Ordem do Dia.

4) ORDEM DO DIA

Item 3 - Apreciação do processo CD-30/2015, referente à Proposta Orçamentária apresentada pela Diretoria, para o exercício de 2016.

Presidente – Prestou esclarecimentos sobre a matéria, lembrando que a Peça Orçamentária foi elaborada e distribuída a tempo e deve ser analisada como um todo equilibrado - é um dos princípios fundamentais -entre receitas e despesas, e que os recursos arrecadados se destinam, somente, ao custeio das atividades e dos serviços do Clube, sem oneração de seu patrimônio, conforme dispõe o artigo 45 do Regimento Interno da Diretoria. O processo foi submetido ao exame e parecer das oito Comissões Permanentes, valendo ressaltar o seguinte: 1) a Comissão de Veteranos entendeu que a matéria está em condições de ser apreciada pelo Conselho, ressaltando apenas que em virtude do número expressivo de Associados Veteranos haja uma redução significativa nos valores das taxas em todas as atividades do Clube, sejam elas esportivas, sociais e culturais, visando incentivar a frequência desses Associados nas atividades do Clube; 2) a Comissão de Obras, no essencial, conforme documentação entregue na entrada da Reunião, informou que não estava em condições de opinar sobre a viabilidade da execução de obras elencadas no Orçamento proposto para 2016, em virtude do não esclarecimento de questionamentos anteriormente formulados à Diretoria; 3) a Comissão Financeira propõe alteração da Previsão Orçamentária, desde logo esclarecendo que sua proposição não acarreta desequilíbrio entre a Receita e Despesa, desnecessitando, portanto, da contrapartida. Comunicou que na última sexta-feira havia recebido uma carta da Diretoria, apresentando uma Errata (que está prevista no artigo 166 da Constituição Federal), pedindo retificação referente ao item “**Fundo de recomposição de capital de giro (déficit de caixa)**”, primeiro parágrafo, constante da página 86 da Previsão Orçamentária 2016, que passará a ter a seguinte redação: **Fundo de recomposição de capital de giro (déficit de caixa):** O provisionamento dos recursos contemplado na proposta orçamentária de Custeio para 2016 foi de R\$2,3 milhões (12 parcelas de R\$100 mil entre janeiro e dezembro e 2 parcelas de R\$550 mil nos meses de novembro e dezembro) e segue o programa constante do Ofício DI.342/2015 sobre a recomposição de R\$14 milhões recomendada pela Comissão Especial suprapartidária, que fora presidida pelo Conselheiro Arlindo Virgílio Moura, no ano passado; errata esta prevista no artigo 166 da Constituição Federal. Também

mencionou ofício que acabara de receber da Diretoria, que protocolou naquele momento, referente ao Parecer concernente ao apontamento 2.1.4 do Relatório da Comissão Permanente Financeira. Preliminarmente, concedeu a palavra ao Conselheiro Antonio Carlos Fiore, para que se manifestasse na condição de Presidente da Comissão Financeira e de Conselheiro, com o objetivo de orientar as discussões do Plenário.

Antonio Carlos Fiore – Inicialmente, comentou que as duas reuniões anuais que considera mais importantes que as demais são a de hoje, para votação da Proposta Orçamentária (PO) do ano seguinte, e a de abril, quando se analisa a prestação de contas. A PO em análise é muito semelhante às anteriores, afinal, a equipe que cuidou de sua elaboração, cuja qualidade destacou, é praticamente a mesma. Os principais pontos que gostaria de destacar são os seguintes: na apresentação dos números da PO de 2016 constam, comparativamente, os números da PO de 2015. Teríamos uma visão mais adequada se os números da PO de 2016 estivessem comparados com os números efetivos de 2015, ou seja, o realizado de janeiro a setembro de 2015, acrescido das projeções do último trimestre. No Relatório de Acompanhamento Mensal essa informação já é disponibilizada e é ela que deveria ter sido comparada com o que estamos projetando. Esta observação poderia ser levada em consideração para uma próxima Proposta Orçamentária. Outro ponto importante diz respeito ao artigo 45, que faz parte da Seção IV do Regimento Interno da Diretoria, que trata da Proposta Orçamentária e do Orçamento. Nele há a indicação de que o Orçamento Ordinário é composto de dois Orçamentos: Custeio e Bares e Restaurantes e ele deve sempre que possível estabelecer o equilíbrio entre as receitas e as despesas do período, sem onerar o patrimônio do Clube. Em seus parágrafos consta o detalhamento do que fazer se o Orçamento Ordinário for apresentado com déficit, ou com superávit. Esta nova gestão, assim como as anteriores ainda não entendeu adequadamente o que está lá exposto. Prova disso é o que consta da página 45 da Proposta Orçamentária, sob os títulos: Orçamento de Custeio e Restaurantes e Resultado Orçamentário. O texto apresentado como Resultado Orçamentário – página 45 - é extremamente confuso. Estamos na PO discutindo receitas e despesas de 2016 e o texto indica os resultados reais de 2015, medidos pelo conceito de caixa e por aí vai. Então, isso merece um cuidado especial da atual gestão, assim como merecia das anteriores. Acho que esse erro vem incorrendo em continuidade. Na primeira reunião do que foi chamado Orçamento Participativo, tive oportunidade de apresentar uma sugestão por escrito, versando especificamente sobre esse assunto. Lamentei não ter sido chamado para discuti-lo e, mais ainda, por não a terem utilizado. No parecer da Comissão Financeira indicamos como entendemos que deveria ser apresentado esse Resultado Orçamentário. Oxalá, para o próximo Orçamento tenhamos essa observação. Outro ponto importante: nas páginas 19 a 25 estão relacionados vinte e sete projetos ou planos de ação, considerados pela Diretoria como os mais importantes dentre quase cem projetos. Alguns trouxeram preocupação, como, por exemplo, a reestruturação do Jantar Dançante, que não pode ser considerada como um dos vinte e sete projetos mais importantes. Temos outras coisas que mereceriam esse destaque e certamente a Diretoria tem assuntos suficientes para elencar, projetos e planos de ação mais importantes do que esse. Senti muito não haver nada, por exemplo, que trate dos problemas dos bares e restaurantes; não há uma linha que indique que iremos rever os processos em uso nessa área. E com certeza todos aqui esperam por isso e gostariam de ter lido isso com clareza e não em uma linha perdida na página 93. Acredito que a Diretoria tem projetos mais importantes, como disse anteriormente, pois estes ao que me parece tiveram esse destaque para de alguma forma satisfazer ao Orçamento Participativo. A PO tem consequência direta no que ocorrerá com o caixa do Clube no próximo ano, porque é ela que vai indicar os caminhos que vamos tomar. Sabemos que estamos em um processo de recuperação do capital de giro, embora alguns ainda insistam na tese do déficit de caixa. Para recuperação do capital de giro há uma programação a ser cumprida. Para tanto, devemos obter superávits ordinários, que nada mais são do que receitas ordinárias maiores do que as despesas ordinárias. O que me preocupa é que durante esse período de recuperação estaremos concedendo descontos maiores para os que pagarem antecipadamente. Com 5% de desconto por antecipação, cerca de 28% dos associados costumavam antecipar suas contribuições. Com os 6% que estão sendo oferecidos neste ano, certamente esse percentual de associados que antecipam suas contribuições vai aumentar, e, em consequência, a receita será um pouco

menor do que se houvesse a cobrança cheia. Esse desconto de 6% seco, simples, significa um rendimento de 14,71% numa aplicação financeira. Acho que ele é um pouco alto e vai significar uma redução da receita num valor estimado entre R\$400 e R\$500 mil. Esse desconto oferecido aos mais abastados, que podem antecipar os pagamentos se deve somar o bônus das taxas que serão oferecidas àqueles que se inscrevem em mais de uma atividade. Quanto será esse valor eu não sei, mas a Diretoria deve ter uma ideia. Outro fato que poderá trazer problemas à realização das receitas é a inadimplência. Com a crise que vivemos, imagino que ela tende a crescer. Sem entrar no mérito das projeções das receitas e despesas que deverão ser realizadas, fico restrito a esses fatos que mencionei; eles podem trazer algum desconforto ao nosso fluxo de caixa. Espero que a gestão esteja preparada para administrar o caixa de forma eficiente, pois acredito que ninguém gostaria de receber a marca de ter sido uma administração que teve de se socorrer junto a bancos. Não consegui entender a lógica utilizada para projeção das receitas com os estacionamentos. O valor total orçado para 2016 é 10,1% superior ao realizado em 2015, dado obtido pelo R.A.M. de setembro. Acho que o total de 10,1 é até bem razoável, como uma estimativa de crescimento de receitas dos estacionamentos, só não posso concordar que para formar esses 10,1% estamos orçando um aumento de 21% na receita do estacionamento Tucumã e uma redução no estacionamento Faria Lima de 15,6%. O estacionamento Tucumã, acredito que nem fisicamente comporta 21% de aumento de veículos, algum engano deve ter havido. Para complicar ainda mais esse assunto, na página 49, está indicado que o valor da hora foi majorado em 4%, abaixo da cesta de índices. E na página 7 há um gráfico que indica o acesso de automóveis ao estacionamento em 2016; uma projeção de 0,81% menor que 2015. Se fizermos a conta com o valor já realizado de 2015 - R\$6 milhões e 300 mil, acrescentando 4% a esse valor e reduzindo a queda física o orçado deveria ser de R\$6 milhões e 500 mil, inferior ao que está projetado na PO, de R\$6 milhões e 900. Aparentemente temos uma superestimação de receita de R\$450 mil. Pontos para atenção de todos: olhando os números maiores do Orçamento, encontrei nas receitas de Jardim de Infância, Tênis e Natação, metas ousadas apresentadas e os percentuais de crescimento sobre 2015 bastante expressivos. Espero que consigamos cumpri-los. Encontrei, também, um número que espero a Diretoria esclareça, que diz respeito a funcionários afastados; temos uma projeção de despesa de R\$4,8 milhões, página 60 da PO. Outro ponto que merece um questionamento é o seguinte é sobre a notícia do cancelamento do Jantar de Encerramento do ano da Diretoria. Essa medida atende a várias pessoas que questionavam o evento, assim como não atende a outros que achavam que ele deveria ser mantido. O valor dessa economia imagino que seja de R\$70 mil ao ano. Como contrapartida disso, me surpreendi, encontrando na página 77, nas despesas da Presidência, uma projeção de despesas de R\$850 mil destinados a representações e homenagens; um número muito expressivo e muito alto, principalmente porque neste ano tivemos um desembolso nessa rubrica de R\$289 mil, como indica o R.A.M. de setembro, na página 21. Antes de entrar na conclusão propriamente dita, gostaria de fazer um breve comentário sobre o reajuste proposto, 7,88 na contribuição, 10% nas taxas. A média ponderada disso é de 8,5%, ou seja, estamos aumentando o valor médio de contribuição de taxas em 8,5% para 2016. Não tenho nada contra esse número, porém, cabe destacar que esse reajuste servirá para fazer frente aos aumentos de preços previstos para 2016. Estamos tratando do Orçamento de 2016. Se ele é baixo ou alto, os 8,5%, só vamos saber no ano que vem. Na PO de 2015, o aumento proposto foi de 8%. A inflação efetiva de 2015 está em 9,99, ou seja, acabou sendo um aumento baixo em relação à inflação havida. Consultando o Boletim Focus do Banco Central, a estimativa de IPCA para 2016 está em 7,08%. Pensando nesse número, o aumento de 8,5% está um pouco alto, porém, certeza, só no ano que vem. O melhor índice a ser aplicado na majoração das taxas e contribuições será sempre aquele que permitirá fazer com que as receitas sejam suficientes para cobrir as despesas. Se o índice for exagerado, o associado não ficará satisfeito e haverá um superávit desnecessário. Se o índice for muito pequeno, agrada aos associados, só que a conta não vai fechar. Portanto, o índice correto será sempre aquele que permita fechar a conta. Politizar em cima disso acho uma bobagem. Finalizando, gostaria de dizer que a gestão deverá trabalhar muito para atender essa PO. Alguns desacertos por conta da pressa ocorreram e sempre é feito às pressas, porque temos prazos a cumprir e alguns conceitos equivocados existem, entretanto, no geral ela mantém o padrão de POs anteriores. A Comissão Financeira fez um trabalho extenso e profundo

e concluiu em seu parecer que a PO estará pronta para ser apreciada pelos Conselheiros, depois de modificada nos seguintes aspectos: 1º - o associado temporário, tratado pelo artigo 33 do nosso Regulamento e a taxa cobrada pela Diretoria desse tipo de associado está em desacordo. Razão pela qual se faz obrigatória a correção da PO. As previsões das receitas de estacionamentos, apesar de razoáveis no total estão incorretas nas parcelas: a Tucumã superavaliada e a Faria Lima subavaliada, uma reclassificação entre as projeções se faz necessária. A figura da transferência de R\$5,5 milhões entre o Orçamento de Custeio e Bares e Restaurantes é completamente desnecessária. Os resultados de cada um deles devem ser apresentados como realmente são. Sua soma totalizando o resultado do Orçamento Ordinário é o que realmente importa. Agradeceu à Diretoria pela emissão da Errata a respeito da projeção da recomposição de capital de giro, que foi apresentada de maneira incorreta; por esse trabalho e a todos pela oportunidade.

Francisco Carlos Collet e Silva (aparte) – Referiu-se ao parecer da Comissão Financeira, disse que chamou-lhe a atenção a ressalva acerca daquele que ingressa ao Clube, excepcionalmente, por um mês no máximo, mediante o pagamento de o dobro da taxa familiar. Perguntou qual a base de cálculo que a Comissão Financeira utilizou para chegar à conclusão que a Proposta Orçamentária estaria descumprindo o preceito legal.

Antonio Carlos Fiore – Respondeu tratar-se do artigo Art. 33, inciso VI, § 1º do Regulamento Geral, que diz que os associados temporários podem frequentar o Clube por um período de 30 dias, desde que morem efetivamente fora da cidade de São Paulo, sejam apresentados por um associado e paguem uma contribuição mensal equivalente a duas contribuições daquela estabelecida para o associado da classe Familiar. E não duas contribuições familiares sem cônjuge, como está sendo proposto.

Francisco Carlos Collet e Silva – Depreendeu que havia uma interpretação da Comissão Financeira de que quando a Diretoria falava numa contribuição familiar estaria inserida no mínimo duas pessoas, um cônjuge, marido e mulher.

Antonio Carlos Fiore – Discordou, dizendo que é um associado temporário, exclusivamente uma pessoa.

Francisco Carlos Collet e Silva – Perguntou se a base de cálculo seriam duas contribuições.

Antonio Carlos Fiore – Respondeu que seriam duas contribuições familiares.

Francisco Carlos Collet e Silva – Entendeu razoável aquela interpretação, mas não que fosse absoluta.

Antonio Carlos Fiore – Aduziu que está escrito no Regulamento.

Presidente – Esclareceu que havia recebido uma carta da Diretoria, por meio de seu Diretor Jurídico Fernando Chidiquimo, cuidando justamente desta matéria. Então, embora seja uma hipótese não muito frequente dos temporários, em face do que dissera o Conselheiro Francisco Collet e que respondera o Conselheiro Fiore, entendeu de boa prudência que ao final a Diretoria trouxesse essas explicações, para que o Plenário pudesse, à luz do princípio do contraditório, deliberar com consciência e com conhecimento da matéria.

Francisco Carlos Collet e Silva – Concordou e agradeceu.

Presidente – Disponibilizou referida correspondência para consulta, caso o Conselheiro Collet tivesse interesse.

Antonio Carlos Fiore – Encerrando, agradeceu.

João Benedicto de Azevedo Marques – Cumprimentou o Presidente da Comissão Financeira pela exposição, e, como se tratava de uma questão técnica, sugeriu que o Sr. Presidente da Diretoria prestasse alguns esclarecimentos àquelas colocações feitas detalhadamente e oportunamente.

Presidente – Lembrou que já tinha informado que o Sr. Presidente da Diretoria se pronunciaria ao final, por si ou por quem designasse.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – Cumprimentou a Diretoria e a Mesa do Conselho pelo envio da peça orçamentária aos Conselheiros com maior antecedência que a legalmente prevista. Cumprimentou a Diretoria por ter proporcionado uma discussão prévia do Orçamento Participativo aos Conselheiros e Associados, sistema que no próximo ano poderá ser ampliado com reuniões setoriais. Passando a comentar à matéria propriamente dita, ressaltou a questão do desconto de 6% do pagamento à vista, que antes era de 5% (páginas 10 e 28); a correção das mensalidades, em índice abaixo da inflação prevista para 2016, algo positivo para os associados; a política de desconto (páginas 10 e 12) – um desconto de 3 até 15% para o associado que se inscrever em mais de uma atividade, item abordado durante a discussão do Orçamento Participativo. Também pediu que a Diretoria se pronunciasse esclarecendo sobre o valor da contribuição para Associado Temporário, objeto do parecer da Comissão Financeira. Entendeu que, diferentemente do que dissera o Presidente da Comissão Financeira, a Diretoria, de forma correta e dando mais transparência aos números, colocou na rubrica de Bares e Restaurantes todas as questões relativas ao Custeio do setor, que antes estavam no Orçamento de Custeio. Isso sem dúvida fará com que o déficit do Orçamento de Bares e Restaurantes seja mais acentuado, mas, em contrapartida, permitirá à Diretoria identificar de forma mais clara todas as nuances do setor para diminuir esse déficit, algo em que devemos trabalhar fortemente. Com relação aos impostos e taxas, na Proposta Orçamentária foi salientando que no mês de outubro haverá o fim do pagamento das parcelas do REFIS, o que será muito bom ao Clube, pela economia. A questão de recomposição do capital de giro também foi objeto da Proposta, sendo que a Diretoria tem feito o depósito desse valor, cumprindo fielmente a recomendação da Comissão Especial que estudou o assunto. Em que pese todos saberem da crise econômica que o País vive, e que certamente será igual ou pior em 2016, sugeriu que a Diretoria procure trabalhar também com fontes de receitas alternativas. Quanto a outro ponto importante, a redução de despesas de Custeio, sugeriu que a Diretoria contrate uma empresa de consultoria para assessorá-la num amplo projeto para redução de custos, o que, certamente, contribuirá bastante.

Presidente – Recebeu a sugestão como recomendação.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – Finalizando, destacou a importância desta reunião ordinária.

Renato Bernasconi Zuccari (aparte) – Perguntou em que o orador teria se baseado para concluir que o aumento das mensalidades estaria abaixo da inflação, pois naquele dia o boletim Focus do Banco Central, pesquisa que abrange todos os índices de mercado, tinha anunciado o IPCA a 7,08, IGP-DI: 6,53, IGP-M 6,51, IPC da Fipe 5,51, ao passo que a Diretoria estava propondo 10 de aumento nas taxas e 7,88 nas mensalidades, tudo maior que esses índices.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – Respondeu que na realidade o que tinha saído, como bem salientou o aparteante, a questão dos números do Banco Central, no ano passado, por exemplo, e até neste ano estamos trabalhando com uma inflação de 10%.

Renato Bernasconi Zuccari – Referiu que as taxas do ano que vem são todas menores do que a Diretoria estava propondo.

Presidente – Interveio, explicando que só estava permitindo o debate por se tratar de matéria técnica.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – Disse que esse esclarecimento a Diretoria poderia prestar oportunamente. Como o orador havia salientado, há uma previsão para o ano que vem de uma inflação nesse índice, todavia, a conjectura econômica do País hoje indica que podemos chegar a 10%.

Renato Bernasconi Zuccari – Em 2015, não 2016.

Presidente – Informou que a Diretoria prestaria as explicações.

Ricardo Alberto Carneiro La Terza – Abordou alguns pontos que entendeu que mereciam esclarecimentos da Diretoria sobre alguns itens do orçamento. Comentou que no Orçamento de Investimento constam a instalação de elevadores na vila de manutenção – página 97 – e a instalação de vestiários na vila de manutenção. Não existe projeto sobre isso, mas soube que essa vila de manutenção deverá ser alocada no segundo subsolo do novo estacionamento. Ponderou que toda vila de manutenção trabalha com gás acetileno, gás GLP, tintas à base de benzeno, devendo, portanto, ser um local com ventilação e é altamente perigoso. Perguntou se foi feito o estudo técnico a respeito, que é muito importante porque pode existir risco de explosão. Observou que não tinha visto nenhuma previsão de verba destinada à prevenção de acidentes do trabalho, programa este que pela legislação trabalhista vigente é obrigatório numa Instituição do porte do E.C.Pinheiros. Na página 45, onde é apresentada uma planilha do Orçamento de Custeio de Bares e Restaurantes, aparece um resultado operacional projetado de R\$33 milhões e 700 mil e um aporte financeiro do Custeio de R\$5,5 milhões, isto é, de antemão está sendo projetado um prejuízo de R\$5,5 milhões para o setor de Bares e Restaurantes. No ano de 2016, a inflação deve ser alta, então, é preocupante uma média de R\$400 mil / mês de prejuízo no setor. Indo para a página 77, há aumento total de custos das verbas destinadas à Presidência do Clube, em 20%, ponderando que em 2015 elas estavam orçadas em R\$2 milhões e 950 mil, e, para 2016, R\$3 milhões e 543 mil. A Diretoria deveria dar o exemplo, cortando, e não aumentando em 20%, inclusive considerando o que havia dito o Conselheiro Fiore, de que o Sr. Presidente estaria cortando o Jantar de final de ano. Na página 41, onde consta o Plano Diretor de Desenvolvimento, há uma bela explicação, mas não consegui achar em toda PO qual é o custo financeiro para elaborar esse novo plano. Finalizando, disse que a Proposta Orçamentária deveria ser votada juntamente com as emendas que seriam apresentadas em Plenário.

Antonio Aloï – Disse que a Errata entregue aos Conselheiros naquele dia, referente ao Fundo de recomposição de capital de giro, modificando o primeiro parágrafo da página 86, segundo Regimento, salvo engano poderia ensejar um novo prazo para apreciação da matéria, face à alteração de última hora. Entretanto, percebia-se que realmente tinha havido um equívoco e o contexto de errata era de simples assimilação. Então, não pretendia, dessa forma, criar nenhum empecilho nesse sentido. Por outro lado, nas páginas 45 e 86 está mencionada a expressão “déficit de caixa”, que deverá ser trocada por “capital de giro”. Isso porque a Comissão suprapartidária criada para verificar se o Clube tinha déficit de caixa, em seu relatório – que foi aprovado pelo Conselho e não pode ser alterado - menciona a expressão capital de giro e não déficit de caixa. Então, se a Diretoria se manifestasse fazendo essa alteração, não haveria necessidade de emenda. Caso contrário, a emenda neste sentido estava desde logo formulada. Outra emenda que propôs foi com relação ao contido nas páginas 19 a 25, onde estavam elencados os vinte e sete projetos ou planos de ação, não havia nenhuma menção a Bares e Restaurantes. Por se tratar de uma importante área, propôs que houvesse um

plano de ação específico para o setor, conforme mencionado às fls. 8, item 7, do parecer da Comissão Financeira.

Tarcísio de Barros Bandeira (aparte) – Disse que nas fls. 26 constava a modernização e reforma do Restaurante da Sede Social, e, nas fls. 27, a modernização e reforma da Lanchonete do Tênis, isto é, havia duas menções claras sobre Bares e Restaurantes.

Antonio Aloí – Reiterando sua emenda, respondeu que havia menções, mas não um projeto específico para Bares e Restaurantes proposto pela Diretoria na PO.

Ivan Gilberto Castaldi Filho (aparte) – Observou que quando se fala em recomposição é daquilo que se falta. E o orador disse que há uma diferença entre déficit e recomposição. Quer dizer, se vai recompor é porque está faltando, então é a mesma coisa.

Antonio Aloí – Ponderou que não se tratava de déficit de caixa, mas de capital de giro. Isso foi aprovado pela Comissão suprapartidária, então não havia porque mudar.

Antonio Carlos Fiore (aparte) – Comentou que no relatório da Comissão Especial a conclusão era muito clara: houve transferências de recursos do Custeio para Investimento. Simplesmente isso.

Presidente – Entendeu que a emenda da Comissão Financeira estava imbricada à emenda que o Conselheiro Aloí estava propondo, portanto, talvez pudessem ser juntadas.

Andreas de Souza Fein – Reiterou o seu reconhecimento do ano passado, pela distribuição da Peça Orçamentária com a antecedência que a discussão do Orçamento merece, ressaltando a importância desta reunião. Ainda assim, insistiu que os Conselheiros recebam a peça de 2017 concomitantemente ao seu envio às Comissões. Passou a abordar o tema, esclarecendo que a sua elaboração do Orçamento observou os compromissos e focos elencados ao seu início: gestão e governança, valorização do patrimônio, sustentabilidade, equilíbrio financeiro e a família pinheirense. A previsão orçamentária tomou como base os valores efetivos até julho de 2015 e os valores da PO de 2015 para os meses de agosto a dezembro. Passando ao foco maior, a família pinheirense, disse que o cenário para 2016 se afigura difícil e pleno de incertezas, recomendando cuidado extra com operação do Clube e com a preservação da família pinheirense. A previsão trouxe algumas inovações e medidas que há muito não ocorria. A de maior destaque é o reajuste da contribuição social bem abaixo da inflação. Para uma inflação acumulada pelo INPC, do IBGE, de 9,7% no acumulado de janeiro a outubro de 2015. E de 10,33% no acumulado de 12 meses, findos em 31/10/2015, o reajuste proposto para contribuição social é de 7,88%. E lembro que a cesta de índices tradicionalmente utilizada pelo Clube resultou na indicação do reajuste de 10,35%. Propor um reajuste da contribuição social significativamente inferior à inflação indica aceitação de um desafio importante para atender o compromisso com a família pinheirense num momento de incerteza a seus membros. Desafio que engloba as demais atividades, pois o aumento ponderado das receitas de Custeio será de cerca de pouco mais de 8%, significativamente inferior à inflação registrada. Mas o compromisso com a família pinheirense é maior e prossegue com várias outras medidas, como, por exemplo, a introdução de bônus e descontos por aumento no número de atividades. É anseio antigo dos associados, claramente explicitado nas reuniões do Orçamento Participativo, que será atendido em 2016, ano que se avizinha particularmente desafiador. Outra medida alinhada com a família pinheirense foi o desconto para pagamento antecipado, aumentar de 5 para 6%, um incremento de 20% no desconto. Pode se considerar essa modalidade de pagamento tradicionalmente apresentada aos associados, em outras palavras, como aplicação financeira oferecida ao Corpo Associativo com rendimento líquido de 14,7% ao ano. Como em anos anteriores, a competente gestão de caixa do Clube

compensará a pequena redução nas entradas de caixa causada por esse benefício concedido aos associados. Prosseguindo nessa linha, verifica-se um aumento menor ainda que qualquer índice para as tarifas de estacionamento. As melhorias operacionais que possibilitaram essa redução foram infelizmente prejudicadas pelas medidas extras de segurança que a nossa metrópole exige. Despesas adicionais para garantir a segurança de todos, com reforço nas linhas de sistemas impediram que o aumento fosse ainda menor. Entre os investimentos em tecnologia elencados preliminarmente encontra-se a instalação de um número importante de câmeras de circuito fechado de televisão no estacionamento da Tucumã. Outro realinhamento importante foi a taxa de sócio temporário. A correção da base de cálculo adequou-se à realidade, da mesma forma que foi feita adequação de mensalidade para associado da classe familiar sem cônjuge. Comentou que segundo esclareceu o Diretor Jurídico Fernando Chidiquimo, e de acordo com o parecer entregue à Presidência do Conselho no início da reunião, trata-se de medida de justiça e equanimidade, que encontra amparo no artigo 9º, §1º, do Regulamento Geral. Outra medida que vem ao encontro das necessidades dos pinheirenses foi a introdução da isenção de matrícula para crianças associadas, matrícula na Escolinha. Trata-se de mais um incentivo à manutenção da família pinheirense. Ainda, como alternativa, visando facilitar a gestão dos custos dos vários frequentadores do Clube, institui-se a possibilidade de pagamento mensal da taxa de acompanhantes, medida também introduzida em função de demanda identificada nas reuniões do Orçamento Participativo. Finalmente, não houve reajuste nos preços da Biblioteca. Comentando aspectos de gestão, de governança verificamos que houve uma preocupação com a locação correta dos custos efetivamente onde ocorreram. Exemplo mais contundente visível dessa ação é apropriação de várias despesas dos Bares e Restaurantes anteriormente alocadas no Custeio diretamente nas contas de operação dos próprios bares e restaurantes. Isso facilitará a mensuração correta dos custos daquelas atividades e permitirá identificar e implementar medidas eficazes para geri-las sem onerar os associados com déficits operacionais. Naturalmente, não é a simples alocação mais amigável para identificação célere de eventuais distorções que promoverá essa redução, mas essa melhor transparência permitirá identificar mais rapidamente os problemas e, conseqüentemente, as medidas necessárias para saná-los. Outros aspectos relativos à gestão e governança são a indicação dentre as despesas do Orçamento de Investimento dos gastos em tecnologia de informação, bem como de valores preliminarmente estimados com obras que serão analisadas para eventual apresentação a esta Casa para deliberação sobre sua execução ou não. Ambos os casos são indicações preliminares apenas, não há que os detalhar, indicam somente a direção do que se imagina fazer. A questão de gastos com moradia, incorridos com delegações e equipes de atletas, eram lançados em contas de atletas, pessoas física e jurídica. Daí a indagação da Comissão Financeira sobre os mesmos, pois não eram explicitados e agora os são. Acertadamente imaginou aquela Comissão tratar somente dessas despesas com relação a 2015, de reclassificação. Para garantir que o foco na família pinheirense seja efetivo, na parte de medidas de gestão e de governança já elencadas buscou-se garantir equilíbrio financeiro. Verifica-se um conservadorismo realista na projeção de receitas e despesas. Várias medidas já foram introduzidas e serão aprofundadas ao longo do próximo ano, além de muitas outras que se encontram em análise, em preparação para serem introduzidas, como, por exemplo, o controle mais rígido de horas extras, cursos operacionais diversos, etc. A título de ilustração, mencionou a significativa redução obtida nos custos de seguros do Clube, assim como os de auditoria, sem prejuízo do escopo e da qualidade dos serviços contratados. Medidas de austeridade também foram implementadas, como a eliminação de concessão de telefones celulares e do pagamento das respectivas contas aos Diretores e assessores da Presidência; a redução de gastos com festas e o fim da cessão de convites de cortesia para as festas, bem como o fim de concessão de várias isenções de pagamentos de estacionamento e de liberação de entrada por concessão de carteirinhas de frequentadores não associados, exceção feita a cônjuges, que propiciam uma melhor gestão na operação do Clube, o que se reflete nas condições ora propostas. Em 2015 foram distribuídos 4.240 convites a menos que em 2014, para a Festa Junina, contribuindo para que o resultado do evento aumentasse de R\$ 127.134,00 para R\$ 274.081,00, cerca de 116%. Para o Jantar de Aniversário reduziu-se a concessão de cortesias, de 427 para 80 e aumentou-se de 416 para 482 a venda convites. Importante item é estrutura de Pessoal, profissionais de alto gabarito, a quem

devemos reconhecimento. Em 2014 havia uma relação de 22,9 associados por funcionário. A proposta prevê 26, 27. Com relação aos terceirizados, rubrica Pessoal, a contratação de profissionais passa por uma grande revisão, que prosseguirá em 2016. No início de maio de 2015, 856 terceirizados prestavam serviços ao Clube. Encerramos novembro com 712, uma redução de 16,8%. No que diz respeito ao patrimônio, para garantir espaço aos associados medidas serão tomadas para valorizar o patrimônio. Uma relação preliminar de obras indica a preocupação de valorizar e atualizar a estrutura oferecida à família pinheirense. A relação é longa e sua leitura desnecessária, eis que a todos está disponível no caderno. A apresentação de valores preliminares e estimados é iniciativa inédita. Já houve apresentação de listas de intenção de obras, mas esta Casa não recebia nenhuma sinalização preliminar da distribuição do investimento entre as obras elencadas, para posterior análise, detalhamento e deliberação por parte do Conselho. Esse ineditismo talvez seja a razão da solicitação de cronogramas físico-financeiros para as mesmas. Certamente por excesso de zelo e diligência, a Comissão de Obras solicitou uma informação que nesse momento é desnecessária. Infelizmente não é possível se falar em cronograma físico-financeiro sem um projeto. Projetos são elaborados após análise das disponibilidades e prioridades. Somente após essa elaboração é que se pode falar em programação de despesas em andamento dos trabalhos. E concorrências e cotações só poderão ser feitas após a aprovação e autorização do Conselho e execução do projeto proposto. Passando ao tema sustentabilidade, que além do cuidado com o meio ambiente, segurança e com as operações, há de se entender como a garantia de perenidade de operação do Clube. Várias medidas vêm sendo tomadas para assegurar que a participação de associados nos esportes competitivos seja crescente. Temos atualmente 2.513 atletas, dos quais 2.161 são associados, 254 são pré-militantes e 98 são militantes. Esse cuidado com a perenidade se reflete nos projetos a serem conduzidos com recursos da Lei de Incentivo ao Esporte. O Clube tem autorização para captar recursos para programas, que totalizam cerca de R\$39 milhões. Como é hábito e só há previsão de gastos para o que já foi efetivamente captado. Também visando a sustentabilidade, por conservadorismo, não se considerou recebimento de recursos oriundos de demanda contra o Banco Santander no valor de R\$5 milhões. O Clube foi vitorioso na demanda, mas ela está em fase de execução, com recebimento de data incerta. Reportou-se ao parecer da Comissão Financeira, página 8, item 8, sobre a correção da taxa cobrada do associado temporário, reiterando que a decisão da Diretoria está amparada no Regulamento Geral, artigo 9º, §1º, não havendo necessidade de qualquer alteração na PO neste aspecto. No tocante às receitas dos estacionamento, disse que a previsão foi feita com base no que se verifica na realidade. Como a Comissão não questiona o total da receita, nada há que modificar na Proposta, pois o que conta é a receita total da rubrica estacionamento. Quanto à eliminação da transferência de recursos entre Custeio e Bares e Restaurantes, esclareceu que a medida proposta revela-se salutar, ao expor com quanto de fato Custeio terá que arcar para suprir eventual déficit operacional de bares e restaurantes. A preocupação com a gestão de bares e restaurantes, ademais de permear o foco de todas as gestões do Clube, é a quinta recomendação da Comissão Especial estudou uma maneira de se recompor o déficit do caixa do Clube. Não há necessidade de alterar a Proposta.

Presidente – Informou que isso seria votado.

Andreas de Souza Fein – Com relação à correção da projeção mensal, da correção de capital de giro, disse que a Diretoria havia entregue uma carta ao Sr. Presidente do Conselho, esclarecendo o primeiro erro de digitação, entendendo que com essa providência não seria necessário alterar a PO para atender às recomendações da Comissão Financeira. Encerrou, recomendando a aprovação da PO, como apresentada.

Jorge Roberto Corrêa Zantut (aparte) – Primeiramente, disse que ineditismo era ver o Assessor de Planejamento voltar ao Conselho e fazer todo aquele pronunciamento e, em segundo lugar, tudo o que o orador havia dito era algo inusitado, porque era impossível um Conselheiro se retirar da Diretoria para vir ao Conselho falar coisas que não refletiram nada.

Andreas de Souza Fein – Respondeu que se tratava da opinião do aparteante e nada tinha a comentar, inclusive não havia nenhum ineditismo no retorno de um Diretor ao Conselho.

Presidente – Disse que havia previsão regimental.

Renato Bernasconi Zuccari (aparte) – Referiu que no ano passado o orador, de acordo com a ata da reunião, havia dito que o valor da taxa de estacionamento em sua opinião estava muito elevada.

Andreas de Souza Fein – Concordou.

Renato Bernasconi Zuccari (aparte) – A proposta para 2016 é de R\$ 2,50 para R\$ 3,00/hora avulsa, 20% de aumento. E a normal com a carteirinha é R\$ 2,16 para R\$ 2,25, ou seja, 4,5%. Isto é, ela já estava muito elevada no ano passado e será mais ainda. Perguntou se o orador mudou de opinião ou se era necessidade.

Andreas de Souza Fein – Concordou com o comentário do aparteante, dizendo que sempre se manifestou e continua achando que a taxa está cara, mas acrescentou que no estacionamento do Clube pouco mais de 10% dos associados se utilizam do cartão avulso, cerca de 65% utilizam o serviço do Sem Parar e os 25% restantes usam o Cartão Pinheiros. Então, 90% da receita do estacionamento terão incremento de 4%, o cartão avulso tem um percentual mais alto, salvo engano, 20%. Reafirmou que continua achando caro o preço e que foi voto vencido no Comitê de Orçamento, entretanto, há uma explicação para isso: as medidas de segurança implementadas e outras que provavelmente tenham que ser implementadas impedem um aumento menor do que 4%. Aduziu que por ele, e, certamente, pelo Sr. Presidente da Diretoria, o aumento seria zero, mas a realidade não permitiu ainda.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – De antemão, destacou um fato que reputou inédito nos seus seis anos de Conselho, qual seja haver 17 pessoas inscritas para falar, o que significa uma liberdade muito maior de os Conselheiros apresentarem ideias e demonstra uma evolução muito grande na governança do Clube. Também manifestou-se em reconhecimento pela celeridade com que a Mesa distribuiu a Proposta aos Conselheiros, permitindo a todos um exame bastante detalhado, principalmente por se tratar de um Orçamento que inclui inovações na forma de alocação dos recursos e das despesas, em relação ao que era feito anteriormente. Estendeu o reconhecimento à Diretoria e à Comissão de Finanças, que fez um relatório bastante interessante. Por oportuno, reiterou sua recomendação de anos anteriores, no sentido de que a Diretoria elabore o Orçamento no mesmo formato da prestação de contas, para facilitar a análise pelos Srs. Conselheiros. Outro tema que abordou em reuniões de apreciação do Orçamento e sempre foi muito bem recebido é a questão de produtividade. O Orçamento trazido hoje para deliberação retrata na sua essência o que significa produtividade. E a produtividade é vista em um realinhamento daquilo que a receita de uma maneira inferior ao que se prevê como inflação, ou que se previa como inflação no momento em que foi elaborado. Disse que ficou curioso em saber de onde vinha isso, uma vez que o número de funcionários fica praticamente constante em relação ao ano anterior. Então, começou a ver coisas da seguinte forma: a conclusão dos pagamentos do REFIS, a redução de horas extras acaba dando uma dimensão diferente ao Orçamento, onde a condição de despesas fica inferior ao que se tinha em anos anteriores em valores absolutos e isso significa realmente o melhor aproveitamento do dinheiro. A questão de alocação de contas também, que hoje é feita diferente, ela segue uma máxima de administração, que quem trabalha com administração de empresas sabe, que é: o que se mede se controla. A alocação correta permite uma medição e o que se mede, se controla. Quanto aos valores monetários, comentou que em conversa informal mantida com o Conselheiro Fiore no último sábado, a respeito da proposta da Comissão Financeira, de redução de pagamento à vista, de 6 para 5, concordou que ela é boa para a Diretoria, porque dá mais folga para a Diretoria trabalhar do que ela teria se fosse aprovado

dessa forma. Disse que foi feito um cálculo, que apontou que seria em torno de R\$400 mil aproximadamente essa diferença de pontos percentuais. Então, se é possível dar essa folga de R\$400 mil a mais para a Diretoria, como sugerido pela Comissão, via com bons olhos que isso fosse feito. Para concluir, disse que não repetir pontos importantes abordados por outros oradores, como Restaurantes, mas que se sentia bastante lisonjeado em ver que a Comissão de Obras tinha trazido a questão de discussão de obras, porque por dois anos, no ano retrasado e passado, arduamente batalhou para que a pista constasse do Plano de Investimentos, e onde aprendeu com isso e respeita muito a decisão do Conselho, que diz que essa lista de obras tem um caráter operacional, ela é indicativa, preliminar. E nesse sentido entende que estamos entrando numa rota de convergência muito grande dos pleitos de Comissão e daquilo que é refletido no Orçamento. Outro alinhamento que verificou é que em anos anteriores, quando se referia ao relatório Focus os Conselheiros o olhavam com espanto. E hoje pode ver dois Conselheiros citando o relatório Focus. É bom que estejamos expandindo essa explicação e, como é o terceiro ano que ele é mencionado aqui, o entendimento dos Conselheiros em relação ao significado dele aumenta e isso é melhor e é bom para a governança do Clube. Reiterou sua recomendação da forma, que é muito importante.

Francisco Antonio Vassellucci Filho (aparte) – Comentou que admira as colocações do orador, sempre olhando pelo lado da administração, e que concorda que medir e controlar é essencial. Prosseguiu, dizendo o seguinte: em todo esse estudo o que mais me preocupou, exatamente por isso é que quando olho o que está acontecendo hoje na participação de associados em atividades de Tênis, Escolinha e Natação e olha a realidade do Clube eu até acho que tem muita chance de você aprimorar a participação do associado no Tênis, principalmente porque entregamos as quadras e tem muita coisa que podemos fazer para que o associado retome a participação que sempre teve. Mas estamos vivendo um momento muito complicado financeiro no País, temos sentido as pessoas cada vez gastarem menos. E por mais que as atividades do Clube sejam baixas, existe certa expectativa de que possamos ter um reflexo disso nas atividades. E isso já ocorre este ano quando ocorrem os números. Aí vejo as projeções e são extremamente otimistas. Eu gostaria de saber se se sente confortável com essas projeções, ou se está também, como eu, um pouco receoso, que possamos ter uma receita menor por não poder cumprir isso em relação à crise financeira do País.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Respondeu que abordou essa questão não pelo lado da receita, integralmente. Quando comentou sobre a receita, o fez em relação à proposta do Conselheiro Fiore, que acredita seja boa, porque dará mais folga à Diretoria. Mas abordou a questão pelo lado do custo. Há um conjunto de despesas bastante grande que não ocorrerão neste ano. Só no caso do REFIS é R\$1 milhão e 100 a menos. Temos a questão de controle de mão de obra, um conjunto de outras medidas de caráter também de que se mede, se controla, que também asseguram um controle maior e uma redução de custo. E uma coisa que não está na Peça Orçamentária e peço até licença para colocar uma opinião pessoal. Freqüento o Clube há pelo menos cinco crises econômicas. Toda vez que temos uma crise, o associado que frequentava uma academia fora, por exemplo, vem para o Clube. Então, no próximo ano, se a crise apertar da maneira como se afigura, haverá uma utilização mais intensa por parte do associado, que encontrará aqui uma infraestrutura boa, porque temos uma garagem nova, temos mais condição de parar e mais conforto. Ele não sofrerá o desconforto que sofreu em outras situações de crise, em que vinha ao Clube e demorava meia hora para estacionar o veículo. Então, é um pouco de visão pessoal, em cima dos outros dados concretos, extraídos da PO, que mencionei anteriormente.

Francisco Antonio Vassellucci Filho – Agradeceu, comentando que só não entende muito na parte de Natação e Escolinha, porque já está super dimensionada, mas concordou sobre a estrutura que o Clube dispõe para receber o associado que queira frequentar.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Agradeceu.

Claudia Nemoto Matsui (aparte) – Observou que o REFIS que o orador mencionou, na verdade, o Clube vai deixar de ter impacto no caixa; o impacto no resultado já ocorreu antes, então, haverá nenhum impacto.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Sua percepção é correta. E o que o Clube faz quando aprova o Orçamento há vários anos não é um Orçamento com base em competência e, sim, com base em caixa. Então, esse é um ponto.

Claudia Nemoto Matsui – Mas não há despesa de REFIS.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Tecnicamente, o que caracterizou e vimos na Comissão suprapartidária, da qual a senhora também fez parte, que uma das razões pelas quais houve o desequilíbrio do capital de giro foi que em um ano não se previu o pagamento do REFIS nas despesas do Clube. Isso está expresso naquele relatório.

Claudia Nemoto Matsui – Tudo bem, mas é impacto no caixa.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Agradeceu.

Claudia Nemoto Matsui – Elencou alguns pontos que lhe chamaram a atenção na PO de 2016, complementando uma informação do Conselheiro Fiore, mas de forma abrangente e até o questionamento do Conselheiro Vassellucci. Disse ter notado que as receitas do Jardim da Infância, na página 52, o valor projetado no R.A.M. de setembro, ou seja, nove meses realizados e três orçados, é de R\$3 milhões e 700. O valor orçado para 2016 é de R\$4 milhões e 600, o que representa um aumento de 22.2%, ou incremento de R\$841 mil. Agora que o Conselheiro Fein mencionou que haverá uma isenção da matrícula do Jardim da Infância, acredita que tenha sido mais agressiva essa projeção de receita do Jardim da Infância para 2016. Segundo ponto: receita de Natação, página 53. O valor projetado no R.A.M. de setembro é de R\$936 mil, enquanto o valor orçado para 2016 é de R\$1 milhão e 400, isso representa um aumento de 52%, ou seja, quase R\$500 mil, entendendo que também seja um pouco agressivo esse Orçamento. Terceiro ponto: as receitas de Tênis, na página 53. Valor projetado no R.A.M. de setembro é de R\$1 milhão e 900 mil, valor orçado para 2016 é de quase R\$3 milhões e 700; um aumento de 91%, ou R\$1 milhão e 750 mil. Para os itens de despesas, alguns pontos chamaram sua atenção. Despesas com moradia de atletas, técnico e locação, página 58. O valor projetado no R.A.M. de setembro é de R\$472 mil. O valor orçado para 2016 é de R\$1 milhão e 258 mil, representando um aumento de 166%, ou quase R\$800 mil. Se colocarmos uma estimativa média mensal de locação, estaremos falando de R\$104 mil, para 2016. Gostaria de entender do que se trata. Outro ponto, que o Conselheiro Fiore já comentou, sobre Despesas com Funcionários Afastados, página 60. Então, valor projetado em setembro era de R\$1 milhão e 200. Valor orçado para 2016 é de R\$4 milhões e 800, então, houve um aumento de R\$3 milhões e 600, que também gostaria de entender do que se trata. Mais um item que o Conselheiro Fiore mencionou, Despesas com Representações e Homenagens da Presidência, página 77. O valor projetado no R.A.M. de setembro é de R\$290 mil. O valor orçado para 2016 é R\$850 mil, ou seja, 194% de variação. Um Conselheiro questionou na Tribuna que tinha uma variação expressiva de 20% no total geral dessas despesas. Se considerarmos que só nessa linha de Representações e Homenagens estamos falando de uma variação de R\$561 mil, matou a diferença do grupo todo. Ressaltou, ainda, a importância de outros pontos, como Quadro de funcionários, dizendo que além do número de funcionários que o Clube publica na Peça Orçamentária, é importante mencionar o número de terceirizados, porque em setembro, como base, havia 1.470 funcionários, sendo 853 terceirizados, que obviamente impacta nas despesas do Clube, são relevantes. Então, em 2016 o total de pessoas é de 1.484. Queria entender, o Conselheiro Fein falou que tem sido reduzido o número de terceirizados, mas em 2016 qual é a previsão de

terceirizados? Se agora em novembro caiu para 700 e poucos terceirizados, qual é a projeção para 2016? Prosseguiu, sugerindo que nas próximas peças orçamentárias fosse colocado um quadro com dados reais sobre o número de militantes e agendados existentes e a projeção para o ano seguinte. Reiterando o ponto da inflação, disse que em qualquer empresa se faz você faz a projeção em base no ano seguinte. E, de acordo com os índices oficiais publicados para 2016, os índices estão abaixo do reajuste de 7,88% das mensalidades e 10% das taxas.

José Luiz Ridolpho - Abordou dois pontos que entendia de grande repercussão e que deverão afetar diretamente o bolso do associado em 2016. Com relação ao reajuste da contribuição social descrita na página 10, 3º parágrafo, fixada em 7,88, e, portanto, abaixo do aumento definido para a cesta de índices, fixada em 10,35. Contrariamente ao parecer da Comissão Financeira, tal medida vem sendo solicitada pelo Corpo Associativo há vários anos e proporcionará um menor impacto no bolso do associado, favorecendo um aumento de sua capacidade contributiva e protegendo o Clube de um possível aumento na inadimplência das contribuições associativas, sua principal fonte de renda. Todos já estamos sofrendo há meses os reflexos da retração econômica e os índices de inadimplência têm se mantido constantes. Portanto, ressalvo tal medida como altamente positiva e vai ao encontro dos anseios dos associados. Segundo e último ponto, com relação ao programa de bonificação, descrito na página 12. Novamente discordou do parecer da Comissão Financeira, dizendo que tal medida busca na verdade um aumento na receita, pois bonifica o associado que inscrever-se em mais de uma atividade e conseqüentemente será um incentivo para atrair novos associados nas diversas seções recreativas e esportivas do Clube. Pensar nessa medida apenas como uma perda financeira quanto aos associados já inscritos em duas ou mais atividades é uma visão limitada e não se atenta ao verdadeiro sentido e finalidade deste programa. Portanto, ressaltou que tal medida é salutar, justa e premiará os associados que mais contribuem com o Clube, como também será um incentivo para novas inscrições, gerando benefício à saúde do associado na medida em que aumenta sua prática esportiva, bem como trará um incremento de receita para o Clube. Essas eram as observações. Finalizando, votou pela aprovação da Proposta Orçamentária.

Flávio Henrique Rosa Tatit – Depois de ter analisado o assunto, apresentou uma emenda incluindo três obras ou reformas na relação constante à página 97 da PO, a saber: 1ª) recuperação estrutural do reservatório elevado, ou seja, da caixa d'água próxima às quadras de Tênis 7 e 8, cuja necessidade é visível, pois há vários pontos com sinais de oxidação de ferragem e deterioração no concreto. Informando que dispunha de algumas fotos confirmando tais problemas, ponderou que quanto mais tempo demorar para executar esse serviço maior será o prejuízo para o Clube, porque a situação irá se agravando e o custo da recuperação irá aumentando. Trata-se de reservatório muito importante, que pressuriza todo o anel hidráulico do Clube. Podemos estimar o valor desses serviços em torno de R\$350 mil, devendo ser realizado com recursos do Fundo Especial e não de Custeio; 2ª) instalação de novo elevador no CCR, pois o atual foi instalado há mais de 15 anos, tendo uma tecnologia já ultrapassada e constantemente apresenta problemas. Quando fica parado para reparos, os transtornos aos associados que têm dificuldade em utilizar as escadas são enormes, pois não temos no Clube outras dependências que substituam as atividades do segundo andar, ou seja, pizzaria, cinema, teatro, etc. Se o elevador ficar parado para manutenção, as pessoas que têm dificuldade de locomoção ficam muito prejudicadas. Como o elevador atual é de pistão, poderíamos instalar um elevador elétrico, com velocidade de deslocamento maior, sem casa de máquinas e com consumo de energia inferior a 50% do gasto atual. Estimou o valor desse serviço em R\$250 mil, que é o mesmo valor que a Diretoria considerou na estimativa dos elevadores da vila de manutenção. Também nesse caso, para evitar os debates havidos em plenário em junho de 2014, quando foi tratada a instalação dos elevadores do Conjunto Desportivo, aconselhou seja utilizado recurso do Fundo Especial para esse serviço; 3ª) que sejam previstos recursos para adequação de acessibilidade para deficiente. O Clube tem o compromisso com o Ministério Público para executar várias obras: reformas, adaptações, para melhorar as condições de acessibilidade às suas dependências nos próximos

anos. Várias dessas adaptações já têm sido realizadas com verba de Custeio, como, por exemplo, sinalização tátil em piso, instalação de lavabos acessíveis, etc., porém, neste caso também aconselhou seja previsto recurso do Fundo Especial. Sugeriu uma previsão de verba em torno de R\$70 mil. Portanto, o valor total das três obras propostas, como reformas, pode ser estimado em torno de R\$670 mil, porque representa menos de 7% do valor estimado em obras pela Diretoria pela Previsão Orçamentária, algo em torno de R\$ 9.895.895,00. Ponderou que se depois da execução de projetos executivos dessas obras e uma melhor avaliação do valor das obras previstas para 2016, a Diretoria chegar à conclusão que será necessário suprimir obras e reformas previstas na PO, sugeriu a exclusão, por exemplo, da instalação de elevadores na vila da manutenção (R\$250 mil), a reforma do hall do Conjunto Desportivo (R\$300 mil) e a ampliação da portaria de funcionários (R\$120 mil), totalizando o valor aproximado de R\$670 mil. Esclareceu que os valores que citou, de obras estimadas da PO, foram obtidos na carta da Diretoria nº DI.763/2015, encaminhada ao Conselho Deliberativo. Observou que em seu parecer a Comissão de Obras já recomendou a inclusão dessas três obras ou reformas na PO. Sugeriu que dentro do valor de R\$1 milhão e 700 mil previstos para revisão e adequação das instalações elétricas, instalação de ar condicionado no Salão de Festas, seja também priorizada a reforma em sua cozinha, porque lá atualmente não tem nem câmera fria.

Regina Helena Secaf (aparte) – Perguntou em qual projeto o orador se baseou para propor os valores.

Flávio Henrique Rosa Tatit – Quanto ao elevador, respondeu que tomou como base o valor que a Diretoria estimou para o elevador da vila de funcionários; a caixa d'água, em uma tomada de preços que fizera no ano passado; e a adequação de acessibilidade foi estimada em R\$50, R\$70 mil, devendo ser estes itens previstos na verba de Investimento. Obviamente, como a própria Diretoria se manifesta em sua PO e em carta que recentemente enviou ao Conselho, trata-se meramente de estimativa de valores.

Regina Helena Secaf – Agradeceu.

Presidente – Observou que há princípios orçamentários, e o equilíbrio orçamentário é fundamental, e o orador estava apresentando uma emenda supressiva de algumas obras.

Flávio Henrique Rosa Tatit – Explicou que estava propondo que fossem incluídas três novas obras e, se houvesse necessidade, depois que a Diretoria executasse valores e o projeto executivo, se ela constatasse a necessidade de reduzir alguma obra, propunha a redução daquelas que citou.

Presidente – Perguntou e o orador confirmou que sugeria, em tese, à Diretoria, no ato de gestão verificar da supressão e, como emenda aditiva, instalar o reservatório, o elevador no CCR e acessibilidade para deficiente por imposição do Ministério Público.

João Benedicto de Azevedo Marques – Ressaltou que se trata de peça fundamental e que todos têm obrigação de fazer uma reflexão sobre os dados aportados pelo Orçamento. Em primeiro lugar, destacou com orgulho a grandeza do Esporte Clube Pinheiros, lembrando que pouquíssimos clubes do Brasil têm a força de um orçamento no valor do nosso. A excelência do Clube notamos, por exemplo, à página 5, que é um dado irrefutável. O acesso de associados ao Clube, de 2011, passou de 2. 200 mil associados para quase 2.900 mil associados. Aspecto positivo é o acesso de convidados, que em 2011 chegou a quase 41 mil e agora caiu para 23 mil, pois o Clube é feito para os seus associados contribuintes, para seus militantes. Cumprimentou a Diretoria pela coragem de efetuar um reajuste o mais baixo possível, um esforço para preservar o associado. Olhando para o futuro do Clube, concordou que algumas obras são necessárias, mas voltou a defender que que é preciso criar fontes alternativas de renda. E neste sentido, considerando inclusive que contamos com um excepcional estacionamento, cujo acesso crescem de maneira geométrica, se fizermos uma reforma no Salão

de Festas conseguiremos valores locativos muito melhores para o Clube, melhorando as fontes alternativas de receita. Cumprimentou a Diretoria, votando integralmente pelo Orçamento apresentado.

Renato Bernasconi Zuccari – Parabenizou a Diretoria pelo envio da PO a tempo de ser analisada pelos Conselheiros. Em que pese as considerações que faria, entendeu que houve uma evolução, a Diretoria conseguiu. Plano Diretor já fora objeto de apresentação rápida pelo Diretor Heitor Tonissi e de novo está na PO mencionada, o que é de extrema importância ao futuro do Clube. Passando a apreciar o Orçamento propriamente dito, disse que tinha dúvidas, muito mais do que propostas. Prosseguiu, dizendo que na página 5 está previsto um aumento na frequência de 0,64%, ou seja, praticamente igual a este ano, que foi de 8%. E tem a mesma opinião do Conselheiro Luís Alberto, de que no momento de crise a tendência é que aumente essa frequência ao Clube para 2016. Então, temos que estar mais preparados para atender ao associado, que com esse aumento nos últimos anos, como disse o Conselheiro João Benedicto, o Clube vem procurando melhorar, mas ainda estamos longe de um bom atendimento. Se acreditarmos que não haverá aumento de frequência será meio arriscado nesse serviço que vamos ter para o associado no ano que vem. Por outro lado, em termos financeiros é positivo sermos conservadores. Disse que fazendo as análises, verificou que na página 7 há um decréscimo na previsão da receita para os estacionamento de 0,81%, isso no acesso. Ora, se vamos ter um aumento, mesmo que pequeno, como temos um decréscimo no acesso ao estacionamento? O mesmo ocorre em Bares e Restaurantes, onde está prevista uma queda na frequência. Pediu explicações da Diretoria, porque estamos com uma consultoria extremamente importante para rever o setor, tanto em procedimento quanto em atendimento e tudo mais, consultoria esta que fez um excelente trabalho em outros lugares, então, a tendência é que aumente a frequência; pelo menos é o esperado. Perguntou por que isso não foi considerado na PO. Concordou parcialmente com o Conselheiro Ridolpho, entendendo que pode acontecer, sim, aumento de frequência por causa do desconto progressivo, preocupando-o um pouco que a maioria das atividades já possui fila de espera, que pode aumentar novamente e causar descontentamento do associado, que vai querer ter aquele benefício e não conseguirá ser atendido. Quanto ao que disse o Conselheiro Cardia, de que sente falta de um projeto de uma consultoria de reestruturação organizacional, de melhoria de custos nos tais vinte e sete projetos que o Clube apresentou, comentou que lhe soa estranho não haver um plano de ação para combater o déficit de R\$5,5 milhões de Bares e Restaurantes. O mesmo quanto à reorganização, como o Conselheiro Cardia já falou. Finalmente, abordou a questão da cesta de índices que estavam falando. Primeiro, deixou claro que não questionaria o aumento, se eram 10, 7,88; a Diretoria faz a Peça Orçamentária, prevê o número necessário para que as receitas façam frente às despesas, não é essa a questão. A questão é o discurso, ficar falando que é abaixo da inflação não é verdade, vamos deixar claro. Começa que a cesta de índices já está meio forçada para cima. Ano que vem o custo da energia elétrica em todas as previsões, e pesquisei bastante, é de 0 a 15%, está 32,5. Ou seja, neste ano já foi 30 e já estava na cesta de índices do ano passado. Não vai ser 32,5 ano que vem. Só lembrando que o Orçamento é feito olhando para frente, não o passado, então, se a previsão de energia elétrica é 0 a 15, vamos ao 15, não 32,5, que foi do ano passado. Outra coisa: o índice de reajuste salarial para clubes começa em junho. De janeiro a junho de 2016 são 8,5%. De novo, na cesta de índices está 9,5. Quer dizer, estão prevendo um dissídio de 10,5, em 2016, que é muito difícil de acontecer na crise, a teoria é de ficar na inflação ou abaixo dela. E como já foi falado, ano que vem a previsão de inflação está por volta de 6,5, 7%. O aumento que estamos prevendo é 7,88 e 10. De novo, não vou questionar o aumento, mas vamos parar de dizer que é abaixo da inflação, isso é uma mentira que estão contando para os associados. Vão vir falar depois de mim, insistirão nisso e não é verdade. É só isso, não estou questionando o aumento, é só falar do valor, que é parar de falar que é abaixo da inflação, não é verdade. Outra coisa, o Conselheiro Fein falou rapidamente que na prestação de contas do ano passado a aprovamos o valor do Santander e neste ano não tem nada, nenhuma linha comentando na PO. Então, gostaria que alguém falasse um pouco mais detalhado sobre o assunto. São somente esses esclarecimentos.

Célio Cássio dos Santos (aparte) – Informou que quanto à inflação o oportunamente o Sr. Presidente prestaria esclarecimentos. Pediu ao orador que esclarecesse, com seus conhecimentos financeiros, que no momento que o Conselheiro Andreas Fein estava falando sobre o estacionamento, o orador teria dito que no ano passado ele havia dito que era contra aumentar o estacionamento.

Renato Bernasconi Zuccari – Ele não falou isso, o valor da taxa em minha opinião está muito elevado, é isso.

Célio Cássio dos Santos – Tudo bem, este ano, como o próprio Conselheiro Fein disse, 90% do valor obtido com estacionamento terá um aumento de 4% e o orador usou essa palavra aumento como se efetivamente houvesse um aumento. Só que é contraditório, na medida em que o orador mesmo disse que a inflação é 8%.

Renato Bernasconi Zuccari – Não disse que a inflação é 8. Essas coisas que, sabe, difícil isso, pôr palavras em minha boca.

Presidente – Interveio, para ordenar a discussão, dizendo que o Conselheiro Célio faria seu aparte regimental em dois minutos, o orador responderia e estaria encerrada essa parte, mas que o orador o permitisse concluir o aparte com as palavras que ele houvesse por bem de se utilizar.

Célio Cássio dos Santos – Referiu que não importava se era 7 ou 8%, o número que o orador usou. O que importava é que se o aumento será de 4%, nada mais está havendo do que um reajuste muito abaixo da inflação. Ou seja, não existe aumento nenhum neste particular, o que está havendo é uma redução. Pediu ao orador que esclarecesse isso.

Renato Bernasconi Zuccari – Primeiramente, respondeu que em sua fala agora não havia dito nada sobre o estacionamento. Depois, não importa se é 7 ou 8, então, já podem ver que é uma mudança de discurso por parte da Diretoria, já não se importa se é 7 ou 8. Lógico que importa. E de novo, o estacionamento, como o Conselheiro Fein falou, 90%, o estacionamento representa somente 5% da receita do Clube, é muito pouco. Dos 70 e tantos por cento, que é a contribuição social, aumenta 7,88% e os outros 20 e poucos por cento aumenta 10%. Fiz a minha conta: família Zuccari, vamos gastar 8.29% a mais no ano que vem no Clube, que é composta do casal e três filhos, que fazem bastantes atividades. Então, impacta muito mais os 10% do que os 7,88. Já considere os descontos em atividade, dá 8.29. De novo, não tem nenhum índice de inflação acima de 7,08% para o ano que vem.

André Franco Montoro Filho (aparte) – Pediu o seguinte esclarecimento: Pelo que entendi, o reajuste da mensalidade, havia uma mensalidade fixada para 1º de janeiro deste ano e vai passar para 1º de janeiro do ano seguinte. Neste ano, esse aumento é de 7,88, a inflação que vai se dar, acho que ninguém imagina que seja muito menor de 10%, então, em termos reais o valor da mensalidade é menor este ano do que foi o ano passado. (Foi interrompido pelo Sr. Presidente, que pediu que o aparteante formulasse o aparte). A segunda observação: V.Sa. está colocando estimativas do Boletim Focus como fato verídico, não há nenhuma inflação acima de 7 ou 8. Isso é previsão Focus, pelo menos o que entendi, posso estar equivocado. Os índices de inflação atual estão todos na faixa de 10%. Para o ano que vem a previsão é menor. Perguntou se além de concordar ou não com aquilo que ele havia dito, o orador lembrava qual era a previsão do Focus em 30 de novembro do ano passado com relação à inflação deste ano, se pode confiar que realmente são boas estimativas da inflação. Sabemos que a inflação foi 10,88. Qual era a previsão? A previsão que está tendo de 7,88, apostou com o senhor que será maior.

Renato Bernasconi Zuccari – Primeiro, não falei que é um fato verídico que a inflação vai ser essa, previsão de Focus. Inicialmente, quando a fazemos Orçamento é para 2016. 2015, que está sendo 10% a inflação, ano passado a Diretoria fez um aumento de 8%. Como a Diretoria atual assumiu agora em maio, ela está sofrendo essa diferença de previsão. A inflação este ano vai dar 10% e o aumento foi só de 8, ou seja, está perdendo 2%. Mas isso é para 2015. Quando fazemos um Orçamento, olhamos a previsão de 2016. A previsão que tem no mercado, pode usar qualquer índice, não precisa ser o Focus, pode ser outro, nenhum deles dá mais de 6,5 ou 7%. 7% é o pior caso que tem. Então, não custava nada a Diretoria vir aqui e dizer que no ano passado perdemos 2%, porque a inflação foi mais do que a previsão de aumento do Clube, vamos precisar aumentar um pouquinho a mais ou igualar a inflação. O que não dá é essa história de falar que o aumento é menor que a inflação. É menor que a inflação de 2015, é verdade, mas estamos falando do Orçamento de 2016, não estamos falando do Orçamento de 2015, nem do realizado. Estamos falando do reajuste, então, o reajuste tem que ser em cima da previsão da inflação, é assim que se faz Orçamento, não olhando o passado, mas para frente. Tanto que tem orçamento base zero (0), que o senhor deve conhecer, que prega ignorar o que aconteceu no ano passado, só daqui para frente. Não lembro quanto era o índice do Focus e também não faz a menor diferença, como já disse, a Diretoria tinha previsto 8, a inflação foi 10, nada mais justo que corrija para o ano que vem. De novo, não estou questionando se é 7,88, se é 10, é o número que a Diretoria chegou. O que questiono é o discurso, falar que é menor que a inflação não é verdade.

Oscar José Horta (aparte) – Disse que está habituado a fazer orçamentos. Temos qual é o impacto real, por isso que o Clube tem a cesta de preços, então, há o dissídio de categoria e uma porção de itens que têm seus respectivos impactos que zeram essa cesta. Então, no impacto, temos que pegar o aumento de 2015 também. Não creio que esteja tão errado dizer que está abaixo da inflação. Indagado pelo Presidente sobre qual era o aparte, disse que quando se faz um orçamento não se olha o ano seguinte somente, você tem que olhar a reposição das perdas, é justamente isso.

Renato Bernasconi Zuccari – Respondeu que acabara de falar que no passado o aumento foi de 8% e a inflação foi de 10, tinha uma perda de 2% que aconteceu em 2015, que precisa ser recomposta para o ano que vem. Reiterou que o discurso de ser menor que a inflação é que estava errado.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa (aparte) – Referiu que chamou sua atenção o comentário sobre a energia elétrica. O Clube paga uma conta de energia elétrica fortemente influenciada pela tarifa de Itaipu, que é denominada em dólar, então, quando o dólar recua, como ocorreu em 2009, a tarifa pode baixar. Agora, quando o dólar avança 37%, como avançou, o equivalente de Itaipu também é reajustado. Um reajuste ao redor de 10%, então, nesse ponto gostaria que o senhor revisasse ou trouxesse à luz se considerou que a metodologia de cálculo da energia elétrica leva em conta isso, portanto, pouco reajuste não se trata para o efeito Eletropaulo, que consome muito de Itaipu.

Renato Bernasconi Zuccari – Reportou que não foi à Eletropaulo, mas à ANEEL, e o presidente da ANEEL agora em setembro de 2015 projetou que algumas regiões vão ter zero (0). Ele cita até que alguns clientes podem até ter redução de energia elétrica, mas de 0 a 15%. Colocar 32,5 na cesta de índices é um pouco exagerado.

Andreas de Souza Fein (aparte) – A título de retificação, esclareceu que mencionou que na aprovação de contas do ano passado o Clube teve a vitória do Banco Santander, mas, na verdade, essa previsão da conta do dinheiro do Santander constava do relatório da Comissão Especial. Em segundo lugar, o relatório Focus não tem, talvez não seja 10%, mas na previsão dos economistas do mercado financeiro, a média é que a inflação medida pelo IPCA feche 2015 em 10,38 e que em 2016 seja 10,33.

Renato Bernasconi Zuccari – Informou que havia dito que o aparteante citou o Santander, então pediu mais informações a respeito. Perguntou qual a fonte do número 10,33 mencionado pelo Conselheiro Fein. Como o Conselheiro Andreas respondeu que era o mercado financeiro, comentou que mercado financeiro era vago.

Presidente – Está esclarecido.

Jorge Augusto de Albuquerque Ehrhardt – Fez dois comentários iniciais. Primeiro, que ficava contente em perceber que hoje se aceita como algo natural o uso da cesta de índices, que há cinco, seis, sete anos era muito discutida, por que não se usava apenas o INPC. Hoje parece que os Conselheiros todos acreditam que a cesta de índices é o número certo a ser usado. Segundo, antes de propor três emendas, comentou que o associado hoje contribui com o Clube, é a contribuição social, que é mensal, e as atividades que ele pratica aqui são todas pagas, atividade social, atividade cultural, atividades coletivas. E a contribuição social está sendo corrigida em 8 e alguma coisa por cento e as taxas em 10%, então, isso é só para firmar um conceito. Formulou uma emenda, que, inclusive, foi objeto do parecer da Comissão de Veteranos, propondo que se estendesse o desconto que hoje é concedido aos Veteranos em algumas poucas atividades esportivas a todas as atividades esportivas, sociais e culturais, como, por exemplo, shows, saunas, festas, teatros. Justificativa: promover a reintegração dos Veteranos no convívio do Esporte Clube Pinheiros, indo ao encontro do que propôs o Conselheiro Andreas Fein, o foco na família, que é muito importante. Ponderou que hoje o Clube tem aproximadamente 10 mil Veteranos e menos de 50% frequenta o Clube. É nesta fase da vida que este associado mais tem a sua situação financeira drasticamente reduzida e mais precisa do convívio social. Estamos prevenindo uma crise cada vez maior e trazer esse associado ao convívio do Clube para participar, para convívio social é muito importante. O Veterano já contribui, contribuição social por pelo menos 40 anos e tem a idade mínima de 70 anos. A maioria pagou taxas de obras para construção de várias edificações daqui e ajudou a formar o Clube. A infraestrutura atual do Esporte Clube Pinheiros não seria afetada pela reintegração dos Veteranos; a infraestrutura comporta perfeitamente absorção de um número maior de Veteranos. A contrapartida, já foi inclusive citada por vários Conselheiros em seus pronunciamentos. Existe uma rubrica de despesas de Custeio, rubrica de funcionários afastados, página 6 do parecer da Comissão Financeira e na página 60 da PO. O valor orçado para 2016 foi R\$4,7 milhões. O valor orçado em 2015 foi R\$3,8 milhões. Usando-se o Relatório de Acompanhamento Mensal, o real até agora dessa despesa é de R\$1,2 milhões. Se aplicarmos a correção proposta pela Diretoria para a variação de 2015 e 2016, que são 23%, vai elevar essa despesa e, conseqüentemente, o seu Orçamento para 2016 para R\$1,47 milhões. Então, dá uma diferença de R\$3.2 milhões, que proponho seja usado como contrapartida para possibilitar a concessão da extensão dessa redução de contribuição para os sócios Veteranos. Antes de anunciar a terceira emenda, prestou esclarecimentos solicitados pelo Sr. Presidente sobre a segunda. A terceira emenda, inclusive elogiando a iniciativa da Diretoria, que foi proposta no ano passado pela Conselheira Elisa Cappellano, que se concedesse desconto na inscrição de mais de uma atividade esportiva.

Presidente – Desconto proporcional em mais de uma atividade?

Jorge Augusto de Albuquerque Ehrhardt – Exatamente. E o Conselheiro Zuccari levantou um problema aí, o custo que tem com a família dele, que é ele, mulher e três filhos, que realmente onera bastante o bolso dele. Então, a proposta é muito parecida com a que foi feita pela Diretoria, só que levando em consideração não individualmente o número de inscrições feitas, mas sim o número de inscrições feitas: pai, mãe e filhos menores. Exemplificando, no caso do Zuccari, que ele tenha duas inscrições, a mulher dele duas, cada um dos filhos duas, então ele terá um desconto de 3% para ele, para a mulher. Se somarmos o número de atividades para a família, o desconto dele é de 15%. Então, incentiva e facilita a inscrição nas atividades esportivas da família. Novamente, foco na família, levando em consideração a família e não o associado, individualmente. Contrapartida: acho que o pessoal foi muito inteligente quando fez a sistemática de restituição ao associado,

que no semestre posterior é calculado o que foi dado de desconto e esse valor é creditado no cartão Pinheiros. Ou seja, esse valor será usado no Clube, para restaurantes e estacionamento. Não há impactos maiores na PO. Se houver necessidade de mais algum acréscimo vai sobrar dinheiro naqueles R\$3 milhões de despesas a menos dos funcionários afastados. Acho que a Peça Orçamentária é boa. Proponho que algumas das emendas aqui discutidas sejam votadas, algumas devem ser aprovadas e aprovação de algumas emendas e mais a base completa da Previsão Orçamentária recomendo que sejam aprovadas, porque é um trabalho muito bem feito. Parabenizou os funcionários e a Diretoria pelo trabalho elaborado.

Presidente – Entendeu e o orador confirmou que se tratavam de duas emendas aglutinativas com contrapartidas; propunha a fusão de ambas com aquilo que a Diretoria já propusera.

Antonio Moreno Neto – Observou que na página 56, no item Presidência, é explicada a variação de 20%, transferência de valores, que antes estavam alocados na Diretoria Social e Cultural, despesa com eventos institucionais e alocação de 4,6%. Depois têm outras considerações, com impacto nas mudanças para as áreas de Auditoria Interna e no DAS e, no fim, fala melhoria do resultado de controles, atendimento aos funcionários voluntários e, por último, está a estruturação do Projeto Universidade Corporativa Pinheiros. Perguntou o que significa esse Projeto Universidade Corporativa Pinheiros. Nos projetos de plano de ação está colocada, na página 24, orientação jurídica para os funcionários. Pediu que a Diretoria explicasse qual é essa orientação jurídica para os funcionários, já que o RH atualmente faz essa orientação. Na página 20, item 7, diz implantação do ECP Academy, que é oferecer aos associados a oportunidade de estudar e jogar por um colégio na Universidade Americana, reforçando o conceito que esporte e educação podem ser atividades integradas. Está no plano de ação, não está valorizado, mas acho que essa atividade não é competência do Esporte Clube Pinheiros; ela é feita informalmente. Hoje, vários filhos e netos de associados já viajaram, jogaram nos Estados Unidos, fizeram intercâmbio e esse custo sempre foi feito por empresas especializadas. Então, não vejo outra atividade ao Clube, que para mim secundária, não na importância, mas na valorização. Como não estão valorizadas essas duas rubricas que coloquei, a orientação jurídica para funcionários e Pinheiros Academy, gostaria de colocar uma emenda, diria até que é aditiva, porque não está valorizado. Como se trata de Plano de Ação, queria sugerir a que a Diretoria estudasse a introdução, no Plano de Ação, do projeto de implantação do Centro de Aprendizagem Social e Cultural para as crianças, a exemplo do CAD, que é o Centro de Aperfeiçoamento Esportivo. Gostaria de colocar uma sugestão, não é crítica: o Conselheiro que antecedeu falou sobre receitas alternativas e temos duas receitas alternativas, que em nossa opinião não estão sendo utilizadas. O estacionamento foi inaugurado em abril de 2014 e hoje completa um ano e sete meses de funcionamento. Já passamos por verões, inverno, já tivemos festas, eventos e, recentemente, logo após a reposição das quadras, campeonatos de Tênis, e assim por diante. Temos hoje uma condição de observar a ociosidade no estacionamento, em vários horários que não são frequentados pelos associados. Quando elaboramos o Plano Diretor, o estacionamento foi, conforme a pesquisa com os associados, a prioridade número 1. E naquela oportunidade fizemos um estudo, quem fez foi uma empresa que tem uma concorrência, que foi a Estapar, do que seria a previsão da ocupação pelo associado e a ociosidade. Hoje, sugeriria à Diretoria que observasse essa ociosidade, porque temos um déficit muito grande de estacionamento na região. Na época a previsão da ociosidade era uma receita de R\$4 milhões por ano e existia uma dúvida quanto à perda de incentivos fiscais tributários que tínhamos em função dessa receita externa. E foi feito um cálculo, que poderia ser atualizado, que perderíamos a isenção exclusiva do local do estacionamento com relação ao IPTU. E tínhamos uma receita muito importante, que poderá ser obtida e hoje não afetará a vida normal do associado. E a outra receita alternativa, mas aí trata-se de uma pergunta, é que comenta-se que vamos alocar as instalações do Clube para treinamento e algumas atividades da delegação chinesa das Olimpíadas. Isso é muito importante ao Clube. O Minas Tênis Clube fez um contrato com a Inglaterra, o Flamengo, com os Estados Unidos. Gostaria de um esclarecimento da Diretoria, porque é interessante, não afeta diretamente a vida, porque a segunda quinzena de julho, uma parte de agosto, as

Olimpíadas começam em agosto e ouvimos um valor de R\$3,5 milhões de dólares, hoje, aproximadamente, R\$14 milhões, que significam aproximadamente 7%, se considerássemos R\$200 milhões de Orçamento. Então, se isso está sendo efetivado, será no ano que vem e é uma receita que vai afetar o Orçamento positivamente. Como está essa situação, onde será alocada essa receita se por acaso ela ocorrer, para decidirmos no Conselho direcionamento dela.

Presidente – Perguntou se o orador formalizaria as duas emendas, mas ele respondeu que fez recomendações. Disse que tinha anotado que o orador fizera uma emenda aditiva e recomendações ao final, mas fez emenda.

Pedro Antonio Lousan Badra – Enfocando principalmente a mensuração correta das contas, na página 57, observou que existem consertos e reparos em serviços gerais, contratos e serviços de manutenção e material de manutenção. Essas três contas, somando R\$5 milhões e 100, parece que isso se refere à manutenção. Existe dentro da engenharia, salvo melhor juízo, que as obras podem ser de construção, obras de reforma e as manutenções são preventivas e corretivas. No dia que a corretiva for melhor que a preventiva jogue fora, porque tem que trocar tudo. Do jeito que estão distribuídas essas contas, talvez por uma atitude bastante conservadora e pouco analisada, dado o pouco tempo que esta Diretoria assumiu, mas deveria ter observado essa distribuição, recomendaria que, mantendo os mesmos valores totais, fossem distribuídas essas contas em manutenção preventiva e manutenção corretiva, para que se pudesse mensurar exatamente a quantas anda esses valores em relação ao gasto efetivo no item manutenção. Segundo ponto, li toda a Previsão Orçamentária e como previsão, o nome já diz, é uma previsão, portanto, sujeito a ser igual, menor ou maior, sempre preferindo que seja menor, vejo aqui previsto um valor de energia de R\$4 milhões e 478 para o ano e não vi em lugar nenhum desse documento a ação visando a redução ou a otimização desse consumo. Obtida informação da Diretoria, que iria ser colocado pontos de medida ao longo de cada um dos centros de conta, de tal sorte de que cada centro de conta saiba a medição que tem a sua dependência. Entretanto, não vi no Plano nenhum movimento substancial para se encarar de frente o problema de consumo de energia, ou energia alternativa, ou controle eficaz das luzes ou controle eficaz das energias. Então, recomendo, simplesmente como um técnico, que a Diretoria ao longo do próximo ano tome ciência, tome cuidado e invista nesse segmento, porque é redução de custo. A terceira recomendação, e essa é uma recomendação que me passa, ao analisar, três centros de custo: atleta de pessoa física, locomoção e viagens e moradia de atletas. Isso somado, em torno de R\$13 milhões para essa movimentação de atleta. R\$13 milhões é um prédio. Hoje orçamos um prédio de 12 andares por esse valor. Gostaria imensamente que o esporte fosse destinado principalmente para os filhos e netos de associados, revertendo-se esses valores para suporte a eles. Essa é minha sugestão e recomendação. Uma última recomendação em nível de forma, no gráfico em que está mostrando a previsão de receita e despesa de Custeio - pág. 48. Nesse gráfico existe um pequeno lapso de conceito, denominado curva S, onde se dá o acumulado das receitas e o acumulado das despesas, só que quando os senhores lerem, na página 99, em que tem o mesmo gráfico do Investimento, aquele gráfico está certo, em que se tem a curva da receita e curva de despesa. Observe que existe uma receita maior e uma despesa que vai se acumulando e termina receita e despesa, esse é um bom planejamento. Entretanto, se analisarem esse gráfico que está colocado aqui, ele parte do princípio de que as receitas previstas são constantes, isso não está certo. As receitas do Clube não são lineares; começam a ter receita muito grandes até março, e daí para frente são constantes. Quer dizer, 28% dos associados pagam mensalidade no seu total, esse recurso entra para o Clube e as despesas são constantes, o que vai significar que em torno de setembro e outubro, o que a gente chama break-veem-point, ou ponto de equilíbrio, se chega em setembro e outubro. De outubro adiante o Clube recebe menos do que gasta. Portanto, é fundamental que o aspecto controle de custo seja um fator primordial para esta e outras Diretorias. Mas esta eu acredito que é mais suscetível a esses conceitos, porque está sendo dirigida por um engenheiro. Nada contra as outras profissões, mas o engenheiro entende mais de uma curva S, entende mais desse tipo de informação e daí as minhas recomendações. Esta Peça merece nossa aprovação. Ela está com seus óbices, que concordo da Comissão Financeira, foi muito bem estudado. Concordo também

que o Investimento é uma previsão, é uma previsã, significa: temos vontade de fazer isso, mas para fazer deverá voltar ao Conselho com seus projetos executivos, cronogramas, para daí, então, depois de aprovado, entrar na parte de licitação e execução. Não gosto e não aceito, como no passado, que era muito comum aprovar uma Previsão Orçamentária e vir com a recomendação: não, mas o Conselho aprovou, então, vou falar. Não é isso. Nessa Previsão estamos tendo uma ideia do que vai ser investido e como, mas não quer dizer que exatamente vai seguir essa cartilha e esses preços que estão colocados, que também são umas estimativas muito por alto. Terminando, sinto que no Orçamento de Investimento muito pouco mesmo foi destinado para estação de recuperação de água, a parte de otimização de energia, que é muito fundamental, significa em torno de 7 a 8% do custo geral da gente. Tomara que a Diretoria se sensibilize com essas recomendações.

Presidente – Como se aproximava da meia noite, havia Conselheiros inscritos para falar, e ainda seria ouvido o Presidente da Diretoria, concedeu a palavra por cinco minutos a cada orador. Então encerraria a discussão e passaria à votação.

Waldir Lachowski – Referiu que na Previsão Orçamentária, à página 10, é mencionado um robusto programa de bonificação para inscritos em múltiplas atividades. Muito louvável. À página 33, vemos certa contradição. Não sei se por descuido ou se foi essa mesma a intenção na elaboração da Previsão Orçamentária, mas houve uma troca de uma coisa que já vinha acontecendo há 10 anos, talvez. Ao invés de associados acima de 60 anos foi colocada a palavra Veteranos. Isso realmente representa uma diferença extraordinária no custo das taxas para os associados maiores de 60 anos. E não vejo uma explicação da Diretoria para isso, como também não vejo um quadro comparativo que coloque o impacto dessa medida perante a Previsão Orçamentária. Perguntou à Diretoria se realmente houve uma mudança de maiores de 60 anos para Veteranos, ou foi algum tipo de engano na elaboração dessa faixa de taxas esportivas?

Alexandre Perrone Lomonaco – Disse que gostaria de ver acolhida, e agora transformaria em proposta parcialmente, o que formulou a Comissão Financeira, quando fala em Balanço Orçamentário, que diz que está em desacordo com o Regimento Interno do Conselho, pelo artigo 45. O pagamento de REFIS com certeza pertence ao Custeio; ele não pode ser destacado, eu discordo da Comissão Financeira. Mas acho que esses números devem entrar em nossa PO, devem ser destacados, acho que esse pagamento de REFIS por óbvio deve ser juntado aos R\$13 milhões e 860 do Custeio, mas a recomposição do capital de giro deve ficar em destaque, os R\$2 milhões e 300. Acho importante para quem lê a Previsão Orçamentária que apareça que vai se forçar um superávit, ou seja, não podemos fazer um reajuste de mensalidade inferior à inflação, seja qual for, porque temos que pagar R\$2 milhões e 300 mil para recomposição do capital de giro. Não é fato desta Diretoria, então, chegou o momento de se acolher o artigo 45 e destacar essa recomposição do capital de giro e citando onde ele foi consumido, no ano. Isso é importante, é uma proposta, acho que deve ser acolhido o artigo 45 do Regimento Interno dessa forma. Perguntado, respondeu ao Sr. Presidente tratar-se da proposta da Comissão Financeira, só que modificada, destacada foi, mas a recomposição do capital de giro.

Presidente – É o que está escrito aqui.

Alexandre Perrone Lomonaco – Não, aqui tem um pagamento do REFIS também. O REFIS deve se juntar ao Custeio. Intercâmbio no exterior não é esse intercâmbio que a gente faz privilegiando ou não algumas agências de turismo, na realidade existe um paradigma no Clube que as pessoas, os associados não querem fazer esporte porque têm que estudar. Mas hoje existe uma possibilidade, uma oportunidade grande que estamos vendo acontecer, de algumas pessoas mais dotadas, mas não em nível olímpico ou mundial conseguirem bolsas em faculdades no exterior em cima de esporte. Acho que essa é a ideia da Diretoria, não é intercâmbio, não é viagem, é vencer em parte o paradigma do associado parar de praticar esporte aos 15 anos,

mas o Presidente pode esclarecer melhor. Desconto para Veterano é uma proposta feita. Sou frontalmente contrário, aliás, estranho essa proposta nesta Casa, porque há alguns anos acabamos com os Veteranos, ou seja, quem comprou o título nos últimos oito ou 10 anos não se tornará Veterano, porque essa condição era dita insustentável. No entanto, existe uma proposta para os Veteranos, que já não pagam o Clube e estão em crescimento constante, podem pegar à página 4 e olhar os não contribuintes, em 2011 eram 9.300, hoje são 10.400. Esse número só passará a decrescer daqui a 20 anos provavelmente. Ora, um Membro da própria Diretoria anterior vem propor um desconto maior aos Veteranos em qualquer atividade. Desculpe-me, isso é demagogia de primeira qualidade que não se sustenta. O Clube não deve se reger só por vontades partidárias, como disse o Conselheiro Paulino, precisa ser sustentável, essa ideia não é sustentável, ela não é nem ao menos justa. Por exemplo, faço 51 anos daqui a menos de um mês e pago o Clube quase desde que nasci. Por que devo sustentar muito mais, pagar tudo integral e alguns que tiveram a felicidade, não é 40 e 70, é 30 e 60, 99% desses 10.000, não é 40 e 70, isso é o que vai vigor, mas ainda muito pouca gente pegou essa fase, a verdade é 30 e 60. Tem gente pagando este Clube há muito mais tempo. Para concluir, havia na questão do desconto familiar uma dúvida muito grande se era sustentável. A própria Comissão Financeira pôs isso. Lembro que há algum tempo foi proposto isso e aprovado, não sei o que aconteceu, mas não foi para frente. Acho que aumentar o risco dessa ideia não é prudente. Na questão dos Veteranos, acho simplesmente insustentável. Na questão das famílias, pode ser um passo para o ano que vem, não é o momento, vamos testar a fase do desconto e chegar lá em alguma coisa.

Antonio Carlos Fiore (aparte) – A título de esclarecimentos, aditando seu raciocínio sobre o Balanço Orçamentário, disse que o artigo 45 diz que o Orçamento Ordinário precisa contemplar as receitas que farão frente às despesas do próximo exercício. O REFIS é um desembolso de caixa, uma saída de dinheiro, porém, não é uma despesa do exercício de 2016, porque já foi lançado como despesa em 2010.

Alexandre Perrone Lomonaco – Entendeu que o aparteante estava errado.

Antonio Carlos Fiore – Afirmou que não estava errado.

Alexandre Perrone Lomonaco – Disse que sabe que o pagamento de REFIS faz parte do Custeio, sempre fez. O superávit nunca fomos, desde que vejo este Conselho, obrigados a gerar para compensar uma recomposição de capital de giro. Isso é importante que seja destacado e, assim, a emenda infelizmente é minha, assim que peço que seja feito.

Antonio Carlos Fiore – Tudo bem, mas é um assunto técnico.

Jorge Augusto de Albuquerque Ehrhardt (aparte) – Conselheiro Lomonaco, só retificando o que o senhor falou, são 40 anos de contribuição e 70 anos de idade.

Alexandre Perrone Lomonaco – É equivocado isso.

Jorge Augusto de Albuquerque Ehrhardt – Acontece que na hora que foi implantado paga-se um pedágio, então, qualquer pessoa que entrou no Clube em 2007, anterior à medida aprovada pelo Conselho, de eliminar a Veteranice daí para frente, ele vai pagar 40 anos de contribuição e 70 anos de idade. Quem já tinha o pseudo direito adquirido paga um pedágio, então, a regra é 70 e 40, o senhor está enganado.

Alexandre Perrone Lomonaco – Não estou enganado.

Presidente – Debate não.

Jorge Augusto de Albuquerque Ehrhardt – Só estou esclarecendo, porque fui citado nominalmente. Segundo, demagogia não, foi dito aqui que a Diretoria tem o foco na família, o Veterano é família, o Veterano tem filhos frequentando o Clube, uma série de parentes, então, demagogia o senhor falou, eu não falei demagogia.

Alexandre Perrone Lomonaco – Obviamente 40 e 70 será, os 10 mil que aqui estão o fizeram com 30 e 60, isso em 99%, como acabei de falar. E é óbvio que é demagogia.

Renato Bernasconi Zuccari (aparte) – Deixou claro que não era contra o aumento, prerrogativa da Diretoria, ela tem as despesas para fazer, tem que fazer. Chegou em 10, chegou em 7,88, ponto. Usando suas palavras, demagogia, precisamos acabar com a política, blá, blá, blá. Acho que poderia parar de falar que é abaixo da inflação.

Alexandre Perrone Lomonaco – Eu não disse que o aumento é abaixo da inflação. Falei que tem R\$2 milhões e 300 mil de capital de giro que impedem que o aumento seja abaixo da inflação.

Renato Bernasconi Zuccari – Mas eu não pedi aumento abaixo, só falei isso.

Alexandre Perrone Lomonaco – É exatamente o que falei.

Renato Bernasconi Zuccari – Estou concordando.

Alexandre Perrone Lomonaco – Agradeceu.

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Convidado pelo Sr. Presidente, comentou que é bom ter alternância de poder, e demonstrou sua satisfação em ver tantos Conselheiros interessados em opinar, participar. Passou aos esclarecimentos, procurando seguir a ordem dos pronunciamentos. Entendeu que o Conselheiro Fiore foi um pouco conflitante em seu discurso. Uma hora ele fala que está muito preocupado com a inadimplência do Clube, que o ano que vem será muito perigoso e, ao mesmo tempo, que as taxas estão muito baratas e precisam ser revistas. Então, decide, ou a gente está com medo da inadimplência e faz o sócio vir para dentro ou a gente aumenta as taxas e não corre riscos. Seria muito cômodo para mim, como Presidente, pegar qualquer cesta de índices que a gente tem adotado há muito tempo aqui, chegar: vamos aumentar 12, 13, 14%, não teria toda essa discussão. Acho que é o contrário, a gente tem que tentar privilegiar o sócio na medida do possível, com as medidas que enxergo que são interessantes ao Corpo Associativo. Essa é uma delas. Quando ele fala que tem certo desconforto com relação ao problema do nosso fluxo de caixa, também me deu certo desconforto quando entrei na Diretoria, você mandou parecer, foi no dia 30 de abril, fui eleito no dia 27 de abril, que tinha que recompor o caixa de R\$14 milhões. Também fiquei desconfortável. E mandei uma resposta àquela época que tinha de pagar R\$2 milhões e 300.

Presidente – Tendo em vista manifestações em Plenário, pediu aos integrantes da Diretoria que observassem uma postura de convidado, comentando que já houve precedente nesse sentido. Acrescentou que como Conselheiro foi convidado para ir às reuniões da Diretoria, mas se for um dia, certamente se comportará como convidado.

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Com relação às colocações de Jantar, é questão de gestão, cada um acha o que é melhor cortar ou não cortar. Respeito sua opinião, tenho a minha, cada um escolhe o que quiser. Indo ao cerne da questão, você falou que a gente teve R\$850 mil de reclassificação de

representações. Isso na verdade eu tirei do Social, que eram os festejos de aniversários e joguei para a Presidência. E essa já responde a pergunta do La Terza, que ele falou que teve um aumento de 20%. Não, pelo contrário, porque este ano os festejos foram R\$1 milhão e 200 e estamos prevendo para o ano que vem R\$850 mil. R\$ 850 mil para R\$1 milhão e 200 tem uma redução de 30% para o ano que vem, não de 20. É que a conta aumenta, mas o gasto efetivo será reduzido em 30%. Aí consigo responder as duas perguntas. O estacionamento já foi amplamente falado, a gente pegou os dados reais de 2015, colocou e não muda nenhuma conta financeira, cada um faz a conta para chegar lá. A gente chegou e acho que estamos com o conceito igual, que o valor da receita não vai mudar. Então, não tem problema. Queria aceitar e acho que é muito importante a sua colocação, do artigo 45, acho que é muito legal botar sim. Vou fazer no ano que vem e aceito plenamente essa recomendação da Comissão Financeira, porque mostra efetivamente onde a gente está economizando, onde está jogando, porque está tendo superávit, para pagar o que, acho super válido, é uma boa pergunta. Só que também tem um detalhe, Dr. Fiore, a gente teve o Orçamento Participativo e participou, em duas reuniões do Orçamento e nada foi falado lá – Pena que não está aqui, vamos desejar um voto de pronto-restabelecimento ao Edmundo Comino – e ele não falou em momento algum o que você está falando. Mas acho super válido, é muito bom ao Clube. Com relação a Bares e Restaurantes tanto faz, porque na hora da prestação de contas aparece o problema. E aí então a pergunta, respondendo também, já mata duas de uma vez, com o La Terza, que ele falou: você já está prevendo um déficit no ano que vem de R\$5,5 milhões. Sim, eu já estou prevendo. Por quê? Porque em abril deste ano, quando a gente entrou na Presidência, se somar o contábil mais o que estava no Custeio a gente já estava em R\$2 milhões e 800 deficitários. Se a gente montasse a mesma proporção chegaria em torno de R\$8 milhões. A gente fez algumas medidas aí e ao final do ano agora a gente vai chegar em R\$6 milhões. Então, para o ano que vem estou querendo baixar isso para R\$5,5 milhões e demonstrar efetivamente onde a gente está tentando economizar. Tem uma pergunta do Chico Vassellucci, que ele fala que acha que as Escolinhas estão todas saturadas. Não é verdade, Chico, por exemplo, na Escolinha da Natação temos 1.800 vagas e temos 1.200. O que o pessoal quer tanto na Escolinha de Natação ou outra é horário nobre, por isso que dá fila de espera. Nos outros horários o pessoal não quer, só que o professor está aqui à disposição, você não pode contratá-lo para dar uma aula, então, temos ociosidade no professor, que a ideia é exatamente ao contrário, é fazer vir mais sócios ao Clube para fazer as atividades e aí a gente incrementar a receita. Mas se for tudo do jeito que está hoje, não mudar nada, só para ter um nível de conhecimento, a gente fez diversas simulações, dá R\$380 mil que a gente está abdicando com esse critério bonificação. Agora, não lembro quem falou, e a ideia que tive foi de fazer no semestre seguinte, porque a gente sabe que sempre tem um sócio mais esperto, de começar a se matricular, depois pedir para cancelar a matrícula e pegar o desconto. Então, fica para o outro semestre, para ele efetivamente ter cumprido as atividades e a gente dá na carteirinha do Clube para gastar aqui dentro, pagar estacionamento. Essa foi a ideia que a gente teve para atender ao associado. Alguém falou, aí é importante colocar, acho que foi o Zuccari. Não, o Zuccari está depois, com relação ao dissídio, só para falar, Zuccari, essa foi você, que se equivocou. Você falou que o dissídio é em julho. Não, nosso dissídio é agora em dezembro. Está o Dr. Cezar Roberto aqui, que pertence ao Sindi Clube e demais pessoas que participaram. Nosso dissídio vai ser 70% a partir de amanhã. Aí tem uma informa o boa para você, sobre 10 e pouco, que é a infla o do período, que já reflete para o ano que vem. Então, tem uma diferença no seu raciocínio. 70% agora em 1  de dezembro, 30% em 1  de março. Isso vai dar um dissídio acumulado no ano de 9,89, 9,90. E prevíamos em julho 9,50, então, Orçamento você tem que prever o futuro. Então o dissídio será maior do que está lá, porque já foi acertado no Sindi-Clube e no Sindiesporte, essa é a informa o que preciso te dar, que infelizmente a infla o do período é 10 e pouquinho, eles estão pagando 70%. Queriam criar ainda um adicional de 1% de ganho de real que caiu por terra. Quem perguntou do estacionamento, tem uma explica o óbvia. Não ia dar aumento no estacionamento, mas com os problemas que tivemos aí de assaltos, aí também entra em contradi o, desculpe-me Toni, sua proposta, que a gente já tem um problema de segurança no estacionamento, se a gente abrir para terceiros aumenta ainda mais o problema de segurança. Mas o que queria dizer, acho que foi o Zuccari que também perguntou, eu não ia dar aumento, ia só dar 4%. Fiz uma coisa, Toni, para tentar

melhorar a ociosidade do estacionamento, não sei se chegou a você, que é o seguinte: peguei os funcionários do Clube que pagavam R\$ 280,00 em média por mês, a gente tem o 3º piso. Baixei quando entrei para R\$ 110,00, para privilegiar nossos funcionários. Eles puderam parar, porque dois foram assaltados do lado de fora. Um teve até seqüestro relâmpago. Então, isso a gente está colocando e está melhorando a ociosidade do estacionamento com os nossos funcionários. Mas a resposta daquela pergunta, Zuccari, é o seguinte: sim, a gente aumentou em 20% o ticket avulso. Queria aumentar até mais, porque ele só representa 10% da receita, mas não é por questão de receita, quero melhorar a eficiência, quero diminuir caixas. Para diminuir caixas tenho que forçar o cara a usar o cartão Pinheiros, o Sem Parar ou algum outro sistema desses, porque senão tem que botar dois caixas no estacionamento das Araras, dois caixas no outro estacionamento, dois caixas do outro lado, lá na portaria do Tênis, dois caixas na portaria da Sede. Se a gente conseguir que o sócio não use o cartão avulso.

Renato Bernasconi Zuccari (fora do microfone) – Se esquece a carteirinha?

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – A carteirinha eu vou te explicar. Temos uma proposta de R\$1,5 milhão, que já está na Proposta, para a gente mudar a entrada. Não vai ser mais a carteirinha, vai ser o Finger, que está em nossa Previsão, assim como as câmeras, que a gente colocou também no Investimento, que a gente quer que aprove tudo isso para poder melhorar a segurança do estacionamento e das entradas. E privilegiar a família também, porque as famílias que são divorciadas têm muito problema, que a criança vem aqui, a carteirinha está com o pai, carteirinha está com a mãe, aí não pode entrar mais de três vezes no mês, dá aquela confusão. Então, vamos tentar entrar e eliminar esse problema para o nosso associado. O La Terza me perguntou quanto era o PDD. São R\$600 mil que está no Investimento para gastar para fazer todo estudo do PDD. Zuccari, desculpe-me, não posso concordar quando você vem aqui e fala que é uma mentira. ... não concordo você vir aqui e falar que estou falando uma mentira. Gostaria que em novembro do ano que vem você voltasse aqui e falasse se falei ou não uma mentira, porque se a reunião fosse na sexta-feira você não tinha o Boletim Focus, então você não poderia fazer a suposição que está fazendo. E também a proposta está muito clara, Zuccari. Mas gostaria de falar o seguinte, a Proposta Orçamentária, é só você ler lá, está escrito muito claro, que ela é sim 2 pontos percentuais abaixo da inflação, de setembro do INPC, que é o parâmetro do Clube. Posso te mostrar e não vou entrar em polêmica, que desde 2005, tenho todos os aumentos e todas as cestas de índices e a gente sempre pegou o INPC e estamos sempre na mesma data base e a gente está mais barata. Esse era o critério usado. Se você quer mudar o critério no ano que vem e a gente fazer em cima de qualquer coisa é outra história. Mas o critério que o Clube adota é esse, a gente tem adotado e estou abaixo desse.

Renato Bernasconi Zuccari (Fora do microfone) – Não falei isso.

Presidente – Por favor.

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Acho que todo mundo sabe o que falou aqui. Volto e reitero que gostaria que fosse tirada a palavra mentira do pronunciamento, que acho que é muito forte. Poderia ter se falado outro substantivo, equívoco, agora, mentira é muito pesado. Serve para todo mundo, tanto para demagogia, mentira, acho que todo mundo tem que ser justo, acho que não é por aí.

Presidente – Essas expressões são inadequadas, não devem ser proferidas.

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Não é por aí. Agora que vi você falando, Zuccari, lembrei do que você falou. Para mim tanto faz se é déficit de caixa, recomposição de capital de giro. Precisa ter a grana lá, eu tenho que pagar para a grana estar lá, porque senão a gente vai usar o Fundo de Investimento,

algum outro Fundo para girar o Clube, cria o problema de fluxo de caixa. O nome é o que menos importa, o importante é que tenha o dinheiro para a gente poder honrar os compromissos do Clube. A Conselheira Claudia perguntou por que estava uma previsão do Jardim da Infância, ia diminuir porque diminuiu a taxa. Não, vou explicar o que a gente fez. O associado antigamente pagava 50% e o não associado, que é aquela criança que pode entrar no Clube, filho de associado também pagava. Mudei o sistema, o associado é isento, o não associado paga 100%, porque antigamente o filho de sócio, que não era sócio, ia lá e pagava metade. Falei: não tem cabimento, o cara nem é sócio e ainda tem essa benesse. Vamos dar aos nossos e os outros que paguem 100%, por isso que mudou. O aumento que tem foi do quadro, que a gente vai compor e graças a Deus já lotaram todas as inscrições do Jardim da Infância, então, esse está superado. Quando você pediu da conta da moradia, pode ser que tenha passado despercebido. No meio do ano comecei a separar, por isso que só aparece esse valor. Ano que vem joguei o ano inteiro. Até abril não era separada assim no R.A.M. e a gente começou a prestar conta diferente, foi aí que você percebeu e comparou. E com relação à Natação, que quando foi feito com o Dutra no ano passado ainda não estava implementada a piscina nova, que foi inaugurada. Então, a gente teve um acréscimo de mão de obra e obviamente um acréscimo de receita. A gente contratou senão me engano oito professores para poder atender. Isso eu estou respondendo por que teve. Com relação ao Dr. Flávio Tatit eu não posso concordar muito com você. O reservatório elevado, quando te falei, você até veio aqui e falou: não, tem que fazer pelo Investimento. Não, eu vou fazer pelo Custeio, já tinha te falado, assim como a própria piscina, porque você fazer recuperação estrutural, e lá não vai te agregar valor ao patrimônio, vai continuar lá, é uma recuperação, você vai trocar barra de RCA 50, botar grout. Vamos fazer pelo Custeio, então, não vejo necessidade de fazer nenhum investimento, é importante fazer a obra para não ter o problema todo ano de hidráulica. O elevador do CCR, procurei tudo em Patrimônio, você saiu da Diretoria, e não encontrei nenhuma medida para ser feito o elevador do CCR. Em minha opinião, que é diferente da sua, aí acho que por isso que tem que vir ao Conselho e o Conselho decidir a prioridade, nem eu, nem a Comissão, nem você, é todo mundo que tem que decidir, eu não acho o elevador do CCR uma prioridade, porque bem ou mal está funcionando. Têm muitas outras coisas que estão precisando. Com relação à acessibilidade que você falou. A gente tem feito pequenas intervenções, que são os alagamentos do lado dos bancos, pequenas rampas. Assim que assumi eu fui, que também me falaram a mesma situação: pô, Cappellano, o Ministério Público está no Clube, etc. Eu fui ao Ministério Público – Por sinal, o Promotor é palmeirense, como eu, estudou no Dante, como eu, então foi mais fácil a conversa – Fomos eu, Dr. Miller, Dr. Heitor Tonissi e Dr. Fernando Chidiquimo. Ele foi muito claro. A gente tem, pode te mostrar, está lá no próprio Jurídico, que é para a gente ir fazendo as alterações com a nossa disponibilidade financeira. Não é para chegar, parar tudo e fazer todas as obras. Tanto é que quando entrei tinham R\$4 milhões para fazer a troca do piso, simplesmente não quis fazer, porque acho que temos outras prioridades. Então, as pequenas intervenções de acessibilidade, como a gente já tem feito, vamos fazer no Custeio. O da vila da manutenção, você querer tirar o monta carga e o elevador, não sei. É que devia ter pensado, quando levou a vila da manutenção para lá já de levar o elevador, porque a vila da manutenção foi levada para lá, temos que sair pela rampa, dar volta e entrar pela Faria Lima. É uma questão de segurança. Como é uma previsão também acho que dá para fazer tudo, dá para fazer a vila da manutenção, o monta carga, e a sua acessibilidade, R\$70 mil, a gente coloca lá e tira alguma coisa. O Centro Esportivo do hall do piso, que você pediu para tirar, não tem problema nenhum também, a gente tira. Mas tem só que lembrar que assim que assumi já estava o pedido emitido para comprar na tua Diretoria o piso do Poli. E agora você pediu para não fazer a obra. Fiquei meio confuso também. Segurei e não soltei esse piso do Poli, mas estava pedido emitido e agora não é para fazer. Para mim também não tem problema nenhum, ou a gente faz aquele critério que você falou. Só que aí acho o seguinte, não sou eu que tenho que decidir, nem você, é o Conselho. Nós temos que trazer aqui e decidir. Esse é meu raciocínio. Isso serve também para a portaria dos funcionários.

Presidente – Sr. Presidente, é bom o senhor falar sobre o artigo 33.

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Já chego lá, Dr. Manssur. Com relação ao desconto de Veterano, que foi pedido pelo Dr. Jorge. Naquela conta, Jorge, de funcionários afastados, que está em R\$4 milhões, tem R\$3 milhões e 100, foi feito isso pelo Clube, tem R\$3 milhões para a gente fazer as demissões, que a gente quer reduzir o quadro para adequar a nossa realidade. Então, naquele valor a gente tem R\$3 milhões de demissão que a gente está imaginando para o ano que vem. Temos o problema da Lei de Incentivo, que captamos em 2013, R\$13 milhões. Em 2014, R\$7 milhões e no ano passado R\$1,5 milhão. Nessa batida, no ano que vem a gente pode ter muito problema para manter pela Lei de Incentivo e essa turma vem para o Custeio. Este ano aconteceu isso, teve um problema da vinda do dinheiro da Lei de Incentivo e tiveram uns meses que a gente teve que pagar pelo Custeio o salário do pessoal. Então, a gente tem R\$3 milhões previstos, por isso foi para R\$4 milhões e pouco. E aí te respondo. O desconto de Veteranos, essa contrapartida, falar: não, faz aí e joga lá. Acho que essa proposta precisaria de um estudo mais detalhado, Dr. Manssur, primeiro, que não sei qual a porcentagem que ele está pedindo para dar de desconto, se é 5, 10, 15, 20, 2, não sei. Segundo, precisa saber: efetivamente ela vai representar 10%, 15% desse valor de R\$4 milhões? Eu não sei, fico muito em dúvida, porque não veio quais são os valores, qual é a porcentagem. Dá 30, dá 5? Não sei. Ele foi o autor da proposta, se puder elucidar para a gente pensar aqui, não tem problema nenhum. Com relação a expandir para a família, acho que a gente tem que ir um pouquinho devagar, a gente está com muita mudança nesse Orçamento e não dá para de repente para quem não dava nada no Clube a gente dar tudo para todo mundo. Fica complicado. Acho que vamos andar um pouquinho, vamos ver como funciona e depois a gente vai para o próximo ano. Não tenho problema nenhum em fazer em 2017, mas acho que para 2016 é muita coisa para a gente ver. E tem o problema técnico, que o senhor sabe melhor do que eu; que o senhor foi Assessor de Planejamento, é como fazer para cobrar. E também tem na proposta, o que é a família? É o marido, a mulher, os filhos, para por aí? Precisaria também ser mais bem explicitada, a gente senta junto e faz para o ano que vem, desde que não tenha nenhum comprometimento, porque a gente está com muito flanco aberto, acho que abrir mais neste momento, não sei. Voltando um pouquinho, dos 6% para 5, até 2008 eram dados 6%. No ano de 2008 foi para 6%, estou voltando ao que era em 2008, não estamos fazendo nada de diferente do que era. O Clube vinha dando 6%, aí achou melhor naquele momento dar 5. Eu acho melhor nesse momento que a gente pegue o dinheiro e podemos investir, aplicar e acho que o montante do Clube a gente aplica melhor que qualquer outra pessoa. Indo às perguntas do Dr. Toni Moreno, do estacionamento já falei. Entendo como recomendação dele do treinamento internacional de as crianças irem estudar fora, isso aí que o Lomonaco explicou perfeitamente, a ideia é tentar abrir caminho para as crianças, ir no caminho natural. Com relação ao CP. Esse é um projeto muito bacana que a gente está tentando desenvolver aqui no Clube. Tem um molde muito parecido no Sindi Clube, que é pegar nossos funcionários e capacitar para eles crescerem aqui dentro, então, abrimos as inscrições. Elas superaram o que a gente tinha pedido, teve até lista de espera. A gente falou: vamos também com calma, vamos fazer a primeira turma, se der certo a gente faz a segunda turma. E os nossos gerentes, as pessoas mais capacitadas estão dando aula aos funcionários menos qualificados, para depois a gente formar aqui dentro funcionários para crescerem aqui. Essa é a ideia da Universidade Corporativa Pinheiros, é um programa que também está jogada a verba na Presidência, para a gente qualificar. É treinamento. Falando em treinamento, o La Terza, vou me lembrando das perguntas, ele falou que precisa fazer um programa de prevenção de acidentes. Óbvio, isso está no Custeio e está em Treinamento, não vem para Investimento. Com relação à pergunta da China, Toni, é o seguinte: o que a gente tem até hoje com relação à China? Você é um cara bem informado, nós estamos com uma proposta de R\$3,5 milhões de dólares, tratado com eles, para um pagamento em três parcelas, que daria 90% antes de virem e 10% depois que saírem.

Presidente – A que título, Presidente?

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Quero trazer isso sim ao Conselho, porque acho que é o Conselho que tem que decidir para onde vai esse dinheiro. Vai ser por um período de 22 dias, menos que os

30 dias estatutários que precisaria vir ao Conselho, mas trarei. Não precisaria trazer, mas trarei. A ideia é a seguinte: vão vir 3 horas de manhã e 3 horas à tarde, no período de julho e agosto, terminando lá pelo dia 15 e vão fazer Badminton, Tênis de mesa, usar o Salão de Festas, Atletismo, Esgrima, Box, Natação e Tênis, acho que são esses esportes. Isso aqui vai ser uma maravilha para nosso associado. E seria até legal difundir entre nossos sócios, pegar as crianças que falam inglês para ajudar nessa comunicação, fazer o voluntariado do Clube. A gente vai tentar lançar uma campanha para criança ir lá, porque vão vir 30 campeões olímpicos treinar aqui e a ideia é fazer intercâmbio com eles. Nós nunca tivemos uma oportunidade dessas, para se ter uma ideia, o Pinheiros, com 116 anos e tivemos um campeão olímpico. Vão ter 30 treinando aqui com a gente. O que tem da China é isso, está nesse pé. Assim que voltar assinado trarei ao Conselho, porque aí vou ter certeza. ... Da China o que tenho de informação para te passar, Toni, é isso aí.

Presidente – Assinar o que, Presidente?

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Teve um contrato de intenção assinado pelo Dr. Dutra, na época era outro valor, a gente apertou um pouquinho e conseguiu um pouquinho mais, porque poderia ter algum tipo de conflito com o associado, como pode ser que não tenha nada e seja uma grande festa aqui dentro, então, acho que tem que valer financeiramente ao Clube para trazer esse dinheiro. E para mim seria super cômodo deixar esse dinheiro, estou falando do Custeio, porque com esse dinheiro no Custeio você faz o que quiser. Por isso quero trazer aqui para a gente conversar no Conselho, que acho que é o esporte contribuindo como Clube. Por isso é importante ter o esporte com instalações de primeira, que todos meus antecessores fizeram e vou fazer, que assim a gente pode ter gente de primeira vindo aqui e trazendo recursos ao Clube, isso é muito importante, também sou um defensor do esporte. Com relação ao que o Dr. Badra falou, redução. A gente botou lá no Investimento que vai fazer estudo para redução do consumo de energia. O que posso falar que a gente já fez, Badra, a gente arrumou o aquecimento solar em cima do Salão de Festas. Já está funcionando, que é uma economia que não estava em funcionamento. Vamos botar LED no estacionamento. E tem ideia de fazer uma parceria de uma usina a gás para os momentos de pico. Estamos conversando com algumas empresas. Quem tiver aqui também pode mandar para a gente, que quanto mais gente habilitada é importante para a gente fazer isso, que acho que é uma economia importante ao Clube. E aí até respondo à pergunta também do Zuccari, que tinha falado: pô, 32%. A energia elétrica representa 2% da cesta, então, é insignificante na conta. Acho que é isso, Dr. Manssur. ... Só uma resposta ao Badra também. Quando você fala daquele gráfico, tem um pequeno detalhe ali que percebi. Quando sair da Presidência tenho obrigação de deixar em abril certo dinheiro ao Clube, exatamente para evitar o que todo mundo está falando aqui. Naquele gráfico fala quanto tem que ter de dinheiro em abril no Custeio, para ninguém chegar e falar: ah, deixei o Clube com R\$3 milhões, deixei com R\$2 milhões. Não, é normal ter os R\$2 milhões, R\$3 milhões ou R\$4 milhões, que vai estar naquela Previsão Orçamentária daquele ano, então, aquele gráfico é exatamente para isso, no momento da saída do próximo Presidente, no caso sou eu, ter quanto teria que ter deixado de dinheiro em caixa, por isso tem que ter o gráfico de quanto teria que estar em abril. Quando entrei tiveram várias pessoas que falaram: estou deixando isso, estou deixando aquilo. Espera aí, tivemos todo adiantamento do associado, tem que ter esse dinheiro em caixa naquele período. Com relação ao Waldir Lachowski, não foi um lapso, foi proposital mesmo, porque a gente alterou, aproveitando, Presidente novo pode fazer várias mudanças, ou pelo menos tentar, a gente mudou a condição de Veteranice para 40 anos de contribuição e 70 anos de idade. E a gente tem, senão me engano já foi até falado, o Jorge pode até me corrigir, mas um tempo atrás ele falou de a gente equalizar os Veteranos, porque hoje a gente tem uma pequena margem de pessoas que têm mais de 60 anos e ainda não são Veteranos. Esse número, só para você saber, são 3 mil pessoas, mas 2.200 já são Veteranas e têm mais de 60 anos, então, a gente está equalizando, porque cada vez, graças a Deus, está aumentando expectativa de vida, então, o critério para dar Veteranice é um, o critério para desconto tem que ser o mesmo, a gente não pode dar Veteranice para 70, têm vários advogados, a princípio, para o cara ter Veteranice é 40 anos de contribuição e 70 anos de idade e para

desconto a gente dar para 60. A gente equalizou todo mundo para Veteranos, foi proposital, porque a gente entende que põe uma regra e, ao mesmo tempo, o Veterano, todo mundo sabe aqui, que ele tem desconto de 30% nas atividades esportivas. Esse desconto obviamente foi mantido, então, não prejudica em nada o Veterano, a gente fez apenas um acerto disso aí. Tem do artigo 33, que é o associado temporário. Assim que cheguei também não achei muito correto a gente cobrar vezes 4 e estar escrito lá individual, a classe é familiar. Tem um parecer ali, que o Dr. Manssur pode até ler, do Jurídico nosso. Mas eu também me adequiei ao que o Toni fez em 2007/2008, que separou a contribuição familiar com cônjuge e familiar sem cônjuge. Você fez em junho de 2007, como eu. Entrou, viu que tinha essa discrepância. Foi lá, mudou. Peguei o mesmo critério, falei: não está justo aqui você cobrar, também não fala se o associado é familiar com cônjuge, com filho, etc., e tal, era dúvida, então o seguinte: entra uma pessoa individual, ela paga o dobro, porque hoje temos o que foi feito em 2007, contribuição de familiar com cônjuge e contribuição familiar sem cônjuge. Foi isso e tem um parecer jurídico aí. E falo mais, esse dinheiro é irrelevante, não dá R\$15 mil ao ano, é uma questão de conceito. Aí te explico, Fiore, todo ponto duvidoso que tive preferi privilegiar o sócio do Clube. Se tinha alguma coisa, aumenta ou não aumenta eu dou desconto, vou para o lado do sócio, vamos ver no ano que vem se vai dar certo, se não vai dar certo. Eu mesmo escrevo na própria Previsão Orçamentária, se tiver algum problema a gente vem aqui e pede para corrigir o problema, está escrito no Caderno que vai para o pessoal, está escrito em todo lugar, eu acho que a gente tem que tentar gerir, porque se você pegar, isso é só para finalizar a falam, no ano passado tínhamos um Orçamento de R\$152 milhões no Custeio. Se você votar uma média de 10%, vamos falar assim, íamos para R\$167 milhões no Custeio. Estamos este ano em R\$157 milhões no Custeio. Aí tem duas coisas, Dr. Fiore, estamos juntos na conta. Tem mais R\$5,5 milhões de Bares e Restaurantes, vai para R\$162 milhões. O ano passado, que paguei, R\$1 milhão de recomposição do capital de giro. Este ano tem R\$2, então entra mais R\$1, abate R\$1. Nós estamos comparando R\$167 milhões com R\$161 milhões, por isso estou querendo reduzir a mensalidade menos que a cesta de índices. É uma conta macro para fazer de onde estou tirando, tem uma diferença aí na despesa do Custeio em torno de R\$5 milhões. É só pegar, corrija-la pelos índices, aí é uma conta simples, não tem muita discussão. Dr. Manssur, me esqueci de alguma pergunta?

Presidente – Que tenha anotado aqui não. As recomendações não são votadas, houve dos Conselheiros Cardia, Luís Alberto, Conselheira Claudia Matsui, Conselheiro Engenheiro Tatit, Conselheiro Efetivo Antonio Moreno e Conselheiro Pedro Badra. É o que anotei aqui, parece que o senhor respondeu a todas as perguntas.

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Só um detalhe, eu acho que todas as recomendações que são super válidas, só engrandecem. Foi o que brinquei no começo: como é bom estar tendo isso aqui, porque são várias formas de cada um enxergar um problema. Todas são super válidas, não significa que vou fazer todas. Por exemplo, vou responder a do Cardia, acho que a gente não precisa tratar uma consultoria especializada, acho que a gente tem capacidade suficiente para tocar uma consultoria, o que a gente está fazendo demonstra que a gente tem pleno conhecimento o que está acontecendo no Clube.

Presidente – Até anotei aqui, Presidente, que recomendação é aconselhamento, indicação, é chamar atenção para determinado ponto. Eles o fizeram, Cardia, Luís Alberto, Claudia, Tatit, Moreno e Badra. Encaminharei ao senhor e receberá essas recomendações e lhe dará o destino que entender dentro da sua faculdade de gestão. Agora é 00h15.

Antonio Carlos Fiore – Gostaria só de fazer um registro. O que falo na Tribuna costumo ter escrito, então, em nenhum momento eu falei que as taxas do Clube estão baratas. Reli inclusive tudo que li, em nenhum momento falei isso, Cappellano.

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Pelo amor de Deus, não quero polemizar, você botou acho que no seu parecer que pode gerar um desconforto.

Antonio Carlos Fiore – Desconforto de fluxo de caixa que a gestão deverá estar atenta para isso, é o que está escrito.

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – É isso aí.

Antonio Moreno Neto – Presidente Cappellano, só uma coisa com relação à ociosidade do estacionamento. Você falou dos funcionários estacionarem, isso não é problema nenhum, a ociosidade continua. É uma sugestão que se estude essa possibilidade. E o problema da segurança tem que ser resolvido, não é porque teve um assalto, nós temos que ter a segurança, mas é uma receita importante. Ninguém vai tirar vaga de funcionário, de jeito nenhum, porque mesmo com todos os funcionários estacionando temos ociosidade para dar uma receita muito alta ao Clube.

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Concordo plenamente com você, Toni, só dei como título de esclarecimento, que essa ociosidade latente, não nos finais de semana, principalmente no sábado, falei: vamos primeiro com os funcionários, que achei que ia ter uma adesão maior, teve uma adesão pequena dos funcionários. Continua isso e agora a gente tem que estudar.

Antonio Moreno Neto – Só por curiosidade, qual é a adesão?

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Senão me engano são 220 carros.

Antonio Moreno Neto – 860 vagas.

Flávio Henrique Rosa Tatit – Presidente Cappellano, como engenheiro, acho que nós dois concordamos que alguma coisa tem que ser feita no reservatório elevado.

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Sem dúvida.

Flávio Henrique Rosa Tatit – A única discordância, de acordo com o artigo 37, do Regimento Interno, nós temos que usar verba de Investimento e não verba de Custeio. O único ponto de vista diferente nosso é esse. E outro comentário que quero fazer é o seguinte: em nenhum momento falei que não era importante fazer o elevador da vila de manutenção ou do Centro Esportivo, comentei o seguinte, apesar de serem obras importantes, se houver necessidade de cortar alguma coisa, lembrando o seguinte, eu comentei também que aquelas três obras que estou prevendo representa menos de 7% do valor total. Acho que provavelmente na hora que você aferir melhor seu projeto executivo talvez nem seja necessário cortar nada. Mas se houvesse, daí que estou propondo, apesar de serem obras importantes, por enquanto não fazer o elevador nem a reforma do Centro Esportivo na primeira fase.

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Tatit, concordo plenamente, só que como você mesmo falou, o recurso é finito, gostaria de poder fazer tudo. Vamos deixar o que vai entrar mesmo no Investimento, a única coisa que discordo, já queria começar, que era fazendo a torre da caixa d'água, para mim ali é uma obra de manutenção, que vai fazer grout, fazer reforço estrutural, não vai aumentar o patrimônio nenhum do Clube, porque isso o cara, desculpe-me da contabilidade, nem sabe o que está fazendo. O cara entra lá, a gente arruma e está pronto. Já estou com laudo do Falcão Bauer, já estou com tudo pronto para preparar e soltar a licitação. Agora, também se quiser vir, vem 28 de janeiro, acho que vai ser aprovado, porque todo

mundo sabe da necessidade, a gente espera mais 30 dias, eu mando 28 de janeiro, para mim não tem problema nenhum, o importante é fazer, como você falou.

Jorge Roberto Corrêa Zantut – Presidente, o senhor acha que é mais importante não ultrapassar a delegação chinesa os 30 dias no Clube, ou o valor, que será de R\$3,5 milhões de dólares, o senhor não trazer ao Conselho?

Presidente – Ele falou que vai trazer ao Conselho.

Jorge Roberto Corrêa Zantut – Mas falou que apesar de não ultrapassar os 30 dias ele traria para cá, independentemente do valor. E o importante aqui no caso é o valor, Presidente Manssur.

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Zantut, eu acho que é bom até para esclarecer qualquer tipo de dúvida, o valor de R\$14 milhões de reais é importantíssimo e acho que uma decisão dessas não compete só ao Presidente.

Presidente – Não tenha dúvida.

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Agora, se você quiser ler o Estatuto, o Presidente não precisa trazer isso, só que trarei do mesmo jeito para cá, para você dar seu palpite, a outra parte dar outro palpite, o Toni perguntou aonde vai, acho que todo mundo tem que vir aqui opinar. Tenho o princípio do dinheiro, agora, o mais importante de tudo, fora o dinheiro, na sua colocação e os 30 dias, acho que é o contato com campeões olímpicos, o que vai engrandecer nosso Clube lá fora, porque é muito provável que a China vá ser campeã ou vice-campeã olímpica. E ter a honra de ter esses caras nos procurando e a gente ter instalações de primeiro mundo e poder atendê-los, isso é indiscutível, é orgulho para todos nós Conselheiros que estamos aqui. Não sei se a palavra é certa, mas dádiva de Deus os caras procurarem a gente e ainda vamos ganhar um dinheiro em cima.

Renato Bernasconi Zuccari – Eu queria pedir desculpas, trocar a palavra mentira por exagero, acho que foi no calor.

Presidente – Já tinha anotado, demagogia e mentira são palavras não compatíveis.

Renato Bernasconi Zuccari – Queria pedir desculpas para todo mundo. Cappellano, não estou discutindo o índice de maneira nenhuma, foi só a questão do discurso. Como índice, é o que se precisa, do dinheiro, é só isso.

Cândido Padin Neto – Eu gostaria de agradecer sua presença, todas suas explicações de uma forma cristalina para todo Conselho e parabenizá-lo pela sua gestão. Em todas as recomendações ele foi sucinto e cristalino, dando ao Conselho a certeza do que estamos fazendo e o que vamos votar.

Presidente – Claro.

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Padin, só para responder, obrigado. Estou muito seguro aqui, como Presidente do Clube, poucos participaram da antiga situação e, hoje, oposição, do Orçamento Participativo e das reuniões, vou te falar, a gente fez muita simulação, de tudo quanto é tipo, de aumentar inadimplência, do desconto, do bônus, que acho que vai ser um avanço ao sócio do Clube, sempre com parcimônia, porque também se a gente dá tudo e depois não consegue tirar, então tem que ser gradualmente,

Jorge. Acho que é super importante e estou muito seguro dessa Peça Orçamentária que a gente está apresentando aqui, acho que vai dar uma forma de gestão um pouco diferenciada, para a gente ir aprimorando com essas inúmeras recomendações, 90% acho que foram excelentes, tem uma ou outra que não concordo, mas é um simples detalhe, estou muito seguro. Respondi todas.

Presidente – Presidente, tenho uma pergunta para fazer ao senhor. Estou declarando encerrada a discussão, já estamos em processo de votação. Há uma emenda que recepciono como supressiva, do Conselheiro Antonio Aloí. O senhor é Conselheiro Dr. Antonio Aloí, o outro adminículo que o senhor pôs, Suplente, o senhor é Conselheiro, por favor, e com muita honra.

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Acato plenamente a recomendação do Dr. Aloí, o importante é o dinheiro, a denominação é o menor dos problemas.

Presidente – Ele colocou que como está, e houve aí uma Comissão suprapartidária que denominava capital de giro, e às vezes pela emenda do Conselheiro, em duas páginas fala em déficit.

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Dr. Manssur, é a mesma coisa, acho que todo mundo concorda, esse dinheiro é do fluxo de caixa.

Presidente – Então, essa está superada, Conselheiro Aloí.

Antonio Aloí (fora do microfone) – Obrigado.

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Se o senhor quiser que eu fale pontualmente nas outras.

Presidente – Agora vou colocar em votação as demais.

Presidente da Diretoria, Roberto Cappellano – Muito obrigado a todos.

Presidente – É uma honra. O artigo 45 estabelece a ordem das emendas e procurei aqui observá-las. Mas antes da ordem das emendas, o parágrafo 1º estabelece, no capítulo da preferência que nós observemos primeiro as emendas de Comissão. Então, existe aqui emendas de Comissão de Veteranos e também Financeira. Vou começar com a da Comissão Financeira. Item 8º: diante do acima exposto, a Comissão Permanente Financeira submete ao Conselho a seguinte proposta de alteração da Previsão Orçamentária, é o item 8º, página 8 do parecer. Apresentada pela Diretoria proposta de alteração da Previsão e apresentou quatro propostas e as estou recepcionando e vou colocar em votação, porque assim o Regimento determina. A primeira eu vou ler aos senhores, porque já houve as explicações. A primeira proposta de alteração da Previsão Orçamentária formulada pela Comissão Financeira seria, o Presidente já explicou e bem, a correção da taxa cobrada do associado temporário, está na página 28, para atender ao disposto no artigo 33, inciso VI, parágrafo 1º, do Regulamento Geral. Pois bem, o artigo 33, inciso VI, parágrafo 1º, estabelece: são direitos dos associados obedecidas as disposições estatutárias. VI: solicitar à Diretoria – Isso é muito raro – mas, enfim, solicitar à Diretoria autorização para que terceiro comprovadamente residente fora da capital possa frequentar as dependências esportivas do Clube pelo prazo máximo de 30 dias. E o parágrafo 1º, diz: que autorização prevista no inciso VI, deste artigo, será individual e concedida após o pagamento de taxa correspondente ao dobro da contribuição estabelecida para o associado da classe familiar. Às Fls. 28, é o último quadro, a Proposta Orçamentária fala: associado temporário, período 30 dias, titular maiores de 18 anos. E coloca R\$ 751,00, que seria o quadro nº 4. A Comissão Financeira, se estiver equivocado, entende que deveria ser familiar completo. Desculpe-me, a Diretoria colocou familiar sem cônjuge, que é R\$ 375,50,

que multiplicado por 2 dá R\$ 751,00. Pela Comissão Financeira, dando uma interpretação literal ao artigo regimental, que li aos senhores, ela entende que a familiar completa, que é R\$ 751,00, cujo dobro seria R\$ 1.500,00. Então, essa é a primeira proposta, os senhores entenderam? Então, vou colocar em votação. Os Conselheiros que estiverem de acordo com a proposta da Diretoria, que a correção da taxa cobrada do associado temporário, no último quadro, página 28, para atender ao exposto a autorização para terceiro residente fora da capital frequentar as dependências do Clube, os Conselheiros que estiverem de acordo com a proposta da Diretoria, que nesse caso se cobre a taxa correspondente a familiar sem cônjuge, cujo dobro dá R\$ 751,00, permaneçam como estão. Os que entenderem que deve ser cobrada a taxa familiar cheia, que é R\$ 751,00 individual, que, dobrado dá R\$ 1.500,00 queiram levantar-se. Esta proposta da Comissão Financeira, a meu sentir, está aprovada.

Tarcísio de Barros Bandeira (fora do microfone) – Um esclarecimento? A Diretoria não tem direito de escolher?

Presidente – O Conselheiro Bandeira me pergunta se a Diretoria tinha o direito de escolher. Vou responder ao senhor: a Diretoria pode escolher, mas dentro dos termos regimentais eu submeti ao Conselho e o Conselho entendeu que não está em termos regimentais. Então, é essa explicação. A segunda proposta da Comissão Financeira é alteração da previsão das receitas com o estacionamento Tucumã e Faria Lima, página 52, sem afetar o valor total dessas receitas. Isso é algo que me preocupa. Está às páginas 52 da Proposta, é o quadro do meio, não é isso, Conselheiro Fiore? Estacionamento Tucumã, orçado em 2016 em R\$ 5.375.736, com uma variação de 5,9%. E o estacionamento da Faria Lima R\$ 1.616.400, com uma variação negativa de 18,3%. A proposta é alteração da previsão das receitas com estacionamento sem afetar o valor total dessas receitas. O que o senhor quis dizer com isso? Porque os Conselheiros têm que votar perfeitamente esclarecidos. O senhor fala para alterar essa previsão e fala que sem afetar. Alterar em que sentido?

Antonio Carlos Fiore – Alterar, reduzindo a previsão de receitas do estacionamento Tucumã e aumentar a previsão de receitas do estacionamento Faria Lima.

Presidente – Em que proporção, para eu fazer a contrapartida?

Antonio Carlos Fiore – Essa proporção seria exatamente igual ao aumento que está sendo dado ao ticket do estacionamento, deduzido do valor da redução de frequência que haverá.

Presidente – Como que o senhor pode me comprovar que fazendo assim haverá o equilíbrio orçamentário, que é um dos fundamentos principais da Peça Orçamentária?

Presidente – Se acompanharmos a distribuição de faturamento entre Faria Lima e Tucumã ocorrida no ano de 2015 e mantivermos essa mesma distribuição para o ano de 2016, se fizermos uma regra de 3 entre esses dois estacionamentos, mantido o total de R\$6 milhões e 995 nós chegaremos ao equilíbrio que acho que seria mais prudente.

Presidente – E se não observarmos ou se não pudermos observar essa equação?

Antonio Carlos Fiore – O ano que vem vamos ficar analisando um não atingimento de receitas no estacionamento Faria Lima e estaremos observando um excesso de receitas no outro estacionamento.

Presidente – Mas isso não quebra o equilíbrio?

Antonio Carlos Fiore – Em nenhum momento. Eu não estou alterando o valor total. Estou falando em números globais. Existe uma previsão de receita no estacionamento Faria Lima de R\$2,5 milhões e no Tucumã R\$4,5 milhões. Na soma R\$7 milhões. Para manter o equilíbrio entre esses dois estacionamentos com a capacidade de receitas que eles têm, o estacionamento Faria Lima deveria ter aumentado a sua receita prevista e o Estacionamento Tucumã reduzido, porque nem cabe fisicamente...

Presidente – Mas e se isso não for possível, aumentar a Faria Lima.

Antonio Carlos Fiore – É o que vem acontecendo.

Presidente – O valor total não altera?

Antonio Carlos Fiore – Não.

Presidente – Então, se o valor total não altera, para que vamos votar?

Antonio Carlos Fiore – Recebemos o Relatório de Acompanhamento Mensal todos os meses e vou ficar comparando uma receita projetada de ambos os estacionamentos com variações diversas, um estará apresentando superávit, outro déficit, para quê? Não podemos evitar isso?

Presidente – Mas a sua fórmula supera isso?

Antonio Carlos Fiore – Supera. Pode parecer um pequeno detalhe, mas no dia a dia, nas análises que a Comissão Financeira, por exemplo, faz nos relatórios vai se deparar todo mês com isso daí: ah, isso aqui é aquela variação, para que isso?

Presidente – Acho que é um mero detalhe, como ele mesmo falou.

Alexandre Perrone Lomonaco – Provavelmente ele pode ter razão ou não, mas para o Orçamento em geral é indiferente.

Presidente – É indiferente.

Alexandre Perrone Lomonaco – Então, é assim, para fazer essa modificação precisamos pôr os números, não têm os números fica infelizmente do jeito que está.

Presidente – É um mero detalhe, já que não altera a Peça, vamos ultrapassar.

Jorge Roberto Corrêa Zantut – Presidente, parece que altera sim, é como compararmos o que o Bar do Tênis arrecada e o que o Bar do Boliche arrecada, então, vamos começar a fazer balanços individuais das unidades que temos aqui.

Presidente – Então, fica como uma recomendação, não é, Presidente? O senhor recebe como uma recomendação? O Presidente está recebendo como uma recomendação. Como não altera substancialmente os números, o Presidente Cappellano me sinaliza que recebe como recomendação e observará esse ponto, assim vamos ao terceiro item, que é eliminação da transferência de recursos entre o Custeio e Bares e Restaurantes, página 93, pois não existe essa necessidade, uma vez que ambos compõem o Orçamento Corrente ou Ordinário. O Orçamento Corrente ou Ordinário se divide em Custeio, Bares e Restaurantes, embora haja

opinião em contrário de que Bares e Restaurantes não se inseriria nisso, mas isso é uma questão acadêmica. Então, a proposta da Comissão Financeira é eliminação de transferência de recursos entre o Custeio e Bares e Restaurantes, sustentando inexistir essa necessidade, uma vez que ambos compõem o Orçamento Corrente ou Ordinário. É uma semântica, tecnológica, não altera fundamentalmente a proposta, eu acho que o senhor poderia receber como recomendação também. Recebe como recomendação, Presidente? Perfeito.

Arlindo Virgílio Machado Moura (Fora do microfone) – A proposta tem que ser votada.

Presidente – É uma proposta, mas não altera a Peça Orçamentária. O Fiore vai explicar, porque, Conselheiro Arlindo, confesso ao senhor que nessa matéria tenho certa dificuldade, porque não sou economista, vamos ver a explicação.

Antonio Carlos Fiore – Nós estamos falando de um valor bastante importante, R\$5,5 milhões. Foi transferido de um bolso para o outro apenas, só que o Orçamento de Bares e Restaurantes precisa demonstrar, o Orçamento não, o resultado real no ano que vem, acompanhado pelo Orçamento pari passu tem que mostrar efetivamente o resultado de bares e restaurantes. Se foi um prejuízo de R\$5,5 milhões, ele tem que ficar evidenciado. E nos anos subsequentes, se houver melhorias, esse resultado vai melhorando ano a ano. Agora, para que fazer uma transferência a troco de nada?

Presidente – Agora está claro, então, vou colocar em votação.

Andreas de Souza Fein – Sr. Presidente, eu sei que já me manifestei sobre o assunto, mas preciso contestar a informação do que o Conselheiro Fiore comentou. O que acontece, Sr. Presidente, é que o que acontecia antes é que havia uma série de despesas relativas à operação de bares e restaurantes que estavam lançadas no Custeio, ICMS, caixas, pessoal que estava funcionando no Bares e Restaurantes, era lançado no Custeio, tudo isso dava no começo uma impressão muito bonitinha de que Bares e Restaurantes estava com déficit 0 (zero). A hora que fazemos essas correções, o déficit ficava transparente. Essa maneira em que a coisa está sendo apontada mostra exatamente o que o Conselheiro Fiore diz, ou seja, que tenhamos uma representação correta dos custos operacionais de bares e restaurantes. Essa é uma proposta que vem ao encontro de uma melhoria da transparência, que melhora e facilita a gestão de bares e restaurantes.

Presidente – Então, agora os senhores ouviram a explicação da Comissão Financeira e do Diretor de Planejamento. O contraditório está afirmado, eu vou colocar em votação.

Antonio Carlos Fiore – Eu só queria dizer que essas transferências que foram feitas, a Comissão Permanente Financeira é totalmente favorável a isso, achamos que essas transferências foram feitas no momento certo.

Presidente – Então nós vamos votar.

Tarcísio de Barros Bandeira – O problema de bares e restaurantes não é excesso de despesas transferidas é falta de receita transferida. Então, o problema é muito mais alto que esse. Esse foi um passo no sentido de ficar melhor o Orçamento de Bares e Restaurantes.

Presidente – Os senhores entenderam bem, vou colocar em votação. A proposta da Comissão Financeira é eliminação da transferência de recursos entre Custeio e Bares e Restaurantes, sob o fundamento de que não existe essa necessidade, uma vez que ambos compõem o Orçamento Corrente ou Ordinário. Os Conselheiros que estiverem de acordo com essa proposta, permaneçam como estão. Os que forem contrários queiram levantar-se. Se os senhores olharem vão verificar que a proposta da Comissão Financeira nesse particular

está aprovada. E a quarta proposta é a correção da projeção mensal... Tem a emenda do Conselheiro Lomonaco nesse particular. Conselheiro Lomonaco insiste? Estão me dizendo que isso já foi feito, essa correção da projeção mensal da recomposição, porque o Conselheiro Lomonaco pede que, pelo artigo 45, do Regimento Interno, esse superávit deve ser destacado e sua aplicação informada no caso de recomposição de capital de giro. Ok, Conselheiro Lomonaco?

Alexandre Perrone Lomonaco (Fora do microfone) – Acho que não.

Presidente – Então vamos votar. A emenda do Conselheiro Lomonaco que está imbricada, que está guardando nexos com a quarta proposta da Comissão Financeira, ele propõe, com fundamento no artigo 45, do Regimento Interno da Diretoria, e faz uma projeção orçamentária aqui, que o superávit do Orçamento deva ser destacado e sua aplicação informada no caso da recomposição do capital de giro, ficar bem evidenciada essa situação. Os que estiverem de acordo com essa proposta, permaneçam como estão. Os que forem contrários queiram levantar-se. Está rejeitada essa proposta do Conselheiro Lomonaco. Com isso já votamos as propostas da Comissão Financeira. Então, agora tenho a da Comissão de Veteranos, que já foi explicada pelo Presidente. A proposta é estender o desconto que hoje é concedido aos Veteranos em apenas algumas atividades, vamos supor Judô, Xadrez, Hidroginástica. E a proposta da Comissão de Veteranos é que se estenda esse desconto para todas as atividades, quer sejam elas esportivas, sociais e culturais. Os senhores entenderam bem? Vou explicar, a proposta da Diretoria é que os descontos sejam específicos para as modalidades que ela aponta na Peça Orçamentária. A Comissão de Veteranos adere, mas pede para estender que esse benefício seja contemplado aos Veteranos em todas as atividades do Clube, quer sejam elas esportivas, sociais ou culturais. E isso não altera a receita.

Eduardo Ribas Oliveira Machado (Fora do microfone) – Altera.

Alexandre Perrone Lomonaco – Sr. Presidente, desculpe-me, o que a Comissão de Veteranos colocou em seu parecer não vem em termos para uma Proposta Orçamentária, ou seja, ela não diz no que afeta a receita e no que afeta a despesa. Sinto muito, isso está completamente equivocado. Diminuir a receita não afeta a Proposta?

Presidente – Pela proposta dele, Conselheiro Lomonaco, está aumentando.

Alexandre Perrone Lomonaco – Ele está dando desconto sem pôr número em nada, desculpe-me, não vem em termos essa proposta.

Presidente – Vamos ouvir o Conselheiro Fasanaro. Como são emendas apresentadas agora, o Conselho tem que ter o subsídio, o suporte da Comissão Financeira.

Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro – Sr. Presidente, quero endossar a manifestação do Conselheiro Lomonaco com relação a esse aspecto. Existe a proposta do Conselheiro Jorge, ela sim que indica a contrapartida.

Presidente – Eu vou tornar, mas vou propor aos senhores, prejudicada a proposta da Comissão de Veteranos neste momento e verificar se na proposta do Conselheiro Jorge há a superação da bem colocada observação do Conselheiro Lomonaco. Os Conselheiros que entenderem que está prejudicada apreciação da proposta da Comissão de Veteranos, pelas razões despendidas, permaneçam como estão. Os que entenderem que não está prejudicada queiram levantar-se. Então, estou declarando prejudicada esta proposta. Pois bem, agora temos, pela ordem das preferências, a proposta que recepciono como aglutinativa, que é a segunda na ordem das

preferências, de autoria do Conselheiro Jorge Ehrhardt, que é a seguinte: o Conselheiro Jorge pede para estender o desconto que hoje é concedido aos Veteranos em todas as atividades, quer sejam esportivas, sociais e culturais. E agora ele apresenta justificativa, para verificar se observação do Conselheiro Lomonaco é passível de superação ou não. A justificativa apresentada pelo Conselheiro é de promover a reintegração dos Veteranos no convívio do Clube, hoje temos cerca de 10 mil Veteranos, 50% frequentam o Clube. Nesta fase ele precisa evidentemente ter uma contemplação financeira melhor, porque ela é reduzida em razão da eventual falta de atividade. O Veterano contribuiu pelo menos por 40 anos e tem idade mínima de 70. Pagou taxa de obra para construção de várias edificações ao longo de sua vida, ajudando a formar o Clube e a infraestrutura atual do Clube não seria afetada. Contrapartida, Conselheiro Lomonaco: a redução do Orçamento da rubrica Funcionários afastados promove uma redução de despesas da ordem de R\$3 milhões. Eu recebi isso agora, como todos os senhores, então, eu vou consultar o Presidente da Comissão Financeira. Essa contrapartida guarda logicidade?

André Franco Montoro Filho (pela ordem) – Sr. Presidente, pela ordem? Em discussões do Orçamento anteriores eu fiz algumas vezes propostas nessa direção, muda uma coisa, muda outra. Como não havia sido apreciado pela Comissão Financeira com cinco dias de antecedência V. Sa. eliminou...

Presidente – É que naquela oportunidade o senhor apresentou como substitutiva e teria que ser com 72 horas.

André Franco Montoro Filho – É a mesma coisa, tem o mesmo sentido, que eu propunha uma redução da anuidade, da mensalidade e dava a fonte do outro lado, é exatamente o mesmo princípio, tira de um, tira de outro, só que não havia sido examinada pela Comissão Financeira com cinco dias de antecedência, como V. Sa. tinha dito na ocasião.

Presidente – Não são.

André Franco Montoro Filho (pela ordem) – Não tinha sido examinado, não sei o prazo. E o senhor nem colocou em votação, então, peço que seja seguido o mesmo tratamento.

Presidente – Deixe-me só ouvir o Conselheiro Fiore.

Antonio Carlos Fiore – Originalmente estava concordando com a proposta do Conselheiro Jorge. Entretanto, na fala do Presidente Cappellano, ele indicou com clareza que no ano que vem teremos gastos com desligamento de funcionários, então, aqueles R\$4,5 milhões provavelmente serão gastos, então, a gente não teria como ter essa contrapartida.

Presidente – Em razão do que expôs o Conselheiro Professor Montoro e o Conselheiro Fiore, submeto à apreciação dos senhores. Eu já estou considerando prejudicada, mas para não se pensar que é uma decisão minha unilateral, depois vir outro recurso, eu já estou cansado deles, vou submeter à apreciação do Plenário. Aqueles que entenderem que diante das explicações esta proposta estaria prejudicada, permaneçam como estão. Os que entenderem diferentemente queiram levantar-se. Então, essa primeira proposta aglutinativa por maioria, Dr. Synesio e Dr. Bandeira entendem que deveria ser apreciado, está considerada prejudicada. A segunda proposta que recebo como aglutinativa, diz: programa de bonificações para inscrições nas atividades esportivas. O desconto deve ser concedido para família. Presidente Cappellano já explicou. O número de inscrições que determina o percentual de desconto será definido pela soma das atividades – É a proposta que a Conselheira Cappellano fizera no ano passado. ... Será definido pela soma das atividades dos membros da família composta de pai, mãe e filhos menores. Ela está dando uma maior extensão. Excluindo o valor das atividades já bonificadas, mas considerando o número delas para o cálculo das bonificações. Fazer o crédito

das bonificações calculadas no semestre consecutivo no cartão Pinheiros, conforme proposta apresentada na Proposta Orçamentária deste ano. Estes créditos serão usados para pagamentos nos restaurantes do Clube, nos estacionamento ou outros pagamentos internos onde o cartão Pinheiros seja aceito. Como ele justifica isso: incentivar a participação da família nas atividades esportivas do Esporte Clube Pinheiros aliviando a carga financeira que inviabiliza muitas vezes estas práticas necessárias à formação de todos. Contrapartida: a sistemática proposta na Proposta Orçamentária dispensa apresentação de contrapartida. Eu entendo que não dispensa apresentação de contrapartida. O senhor queria explicar por quê?

Jorge Augusto de Albuquerque Ehrhardt – Dr. Manssur, na Previsão Orçamentária não tem nada se referindo à concessão, nenhuma despesa adicional, porque o dinheiro foi considerado inteligentemente como crédito no cartão Pinheiros. Então, minha proposta é só estender um pouco mais esse valor à família. Então, vai ser considerado ainda o crédito no cartão Pinheiros, como é feito na Proposta original, que é por pessoa. Então, a contrapartida que não foi dada na PO, porque está sendo considerado, veja, ela é calculada no semestre posterior e dado um crédito no cartão Pinheiros. A minha proposta é continuar dando crédito no cartão Pinheiros, fazendo o crédito a posterior, só que o desconto vai ser com família e não individual, é a mesma sistemática da PO.

Presidente – Vamos ver o que o Diretor de Planejamento tem a esclarecer, os senhores vão ver o contraditório e a gente aprecia.

Andreas de Souza Fein – Sr. Presidente, essa proposta do Conselheiro Ehrhardt é interessante, como o Presidente já comentou, poderá ser estudada para 2017. Infelizmente, para 2016 não é possível aceitarmos essa proposta, porque os mesmos termos, como é que vamos considerar? Vamos somar as atividades de todos e daqui a pouco temos 15 atividades, que percentual de desconto vamos dar? Quais são as alternativas?

Presidente – Ela demandaria um maior estudo, Dr. Jorge, para contemplar as outras atividades.

Andreas de Souza Fein – É um pouco temerário, nós já estamos fazendo uma proposta agressiva. A própria Comissão Financeira já comentou do desconforto que ela tem com o fluxo de caixa, nós estamos onerando ou potencialmente onerando mais o fluxo de caixa. É uma proposta interessante para estudar, mas perigosa para fazermos agora.

Ivan Gilberto Castaldi Filho – Qual a preferência que será dada nas inscrições? Tudo tem que ser melhor estudado, isso é uma coisa muito aberta.

Dulce Arena Avancini – Eu gostaria de saber se nesse desconto familiar entra sogro, sogra, tia, madrinha, sobrinho, quero saber se vai acontecer isso, porque estende adoidado. E pelo amor de Deus vamos acabar essa reunião, gente!

Presidente – Conselheiro Jorge, eu vou lhe fazer uma solicitação. Os Conselheiros já ouviram, o Presidente Cappellano está aqui, a Diretoria está imbuída com o senhor, na melhor intenção. O Conselheiro Fein já expôs. Isso guarda pertinência com o que a Conselheira Cappellano falara. Vamos receber isso como recomendação ao Presidente e ele obviamente, como disse o Conselheiro Fein, para a próxima Proposta trará com melhores estudos isso que o senhor está fazendo, está bom assim?

Jorge Augusto de Albuquerque Ehrhardt – Dr. Manssur, só queria esclarecer a pergunta da D. Dulce. Está escrito na Proposta pai, mãe e filhos menores de idade, não é tio, não é avô, não é nada.

Presidente – Mas para nós estendermos para as outras modalidades...

Jorge Augusto de Albuquerque Ehrhardt – Não é extensão para modalidade nenhuma, Dr. Manssur, a proposta é igual a Proposta da Diretoria. A Diretoria concede um desconto para mais de uma inscrição. A minha proposta é a mesma, só que em vez de considerar individualmente pai, mãe e filhos menores de 18 anos, seria dado desconto pela soma das atividades da família. Inclusive a Proposta diz o seguinte: as atividades que já são subsidiadas não entram para efeito de desconto do valor e sim para efeito do cálculo de desconto. Então, é a mesma proposta da Diretoria.

Presidente – Eu verifico que isso traz um benefício ao associado.

Jorge Augusto de Albuquerque Ehrhardt – E não traz risco nenhum financeiro, porque o dinheiro não sai do Clube.

Presidente – Eu queria que os senhores apreciassem isso sem qualquer outro viés que não seja o benefício ao associado.

Porque aqui não é nós e eles ou ganhe ou perca, aqui é o benefício do associado.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa (pela ordem) – Dada a natureza das discussões que se estabeleceram aqui nesse tema, parece que não é uma proposta aglutinativa e sim modificativa, o grau de discussão demonstra que não é tão imediato. Uma proposta aglutinativa segue o mesmo princípio e adiciona alguma coisa a mais.

Presidente – Vou colocar ao senhor, porque entendi que fosse aglutinativa. Ela está completando uma proposta original que consta da Peça Orçamentária, ela não está modificando, ela está estendendo, se somando à Proposta original Orçamentária, para fazer essa contemplação.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – É justamente o ponto da discussão que leva ao entendimento que não há um complemento. Desculpe-me se pareço simplista.

Suponha que tivéssemos feito uma proposta que englobasse todas as atividades esportivas, exceto Ping Pong. Colocou o Ping Pong aglutina. Mas o nível de alteração que está sendo solicitado mexe na base de cálculo, no equilíbrio econômico financeiro.

Presidente – Se todos não ouvirmos não teremos condição de decidir. Para mim seria muito mais fácil se tivesse recebido todas essas propostas com enorme antecedência e ouvidas as Comissões. Agora, Conselheiro Montoro, é regimental, que é diferente de proposta de alteração de projetos que distribuo com 20 dias de antecedência. Apresentamos as emendas e elas são discutidas. Tenho vários precedentes aqui, Conselheiro Montoro, de propostas que vêm desde à época do Dr. Roberto Luís, que peguei os mais recentes, onde são apresentadas emendas aditivas, aglutinativas, eu tenho o rol aqui, supressivas da Peça Orçamentária e nenhum Presidente deixou de discuti-las, porque é regimental, eu tenho que colocar, porque a princípio, o nosso Regimento, não queria mostrar isso aos senhores, o nosso Regimento não regula essas hipóteses, o que regula hipótese é a Constituição Federal e ela traz quatro princípios fundamentais na análise do Orçamento: ... O primeiro é que há de haver o equilíbrio orçamentário. O segundo é que há de haver a indicação dos recursos necessários a uma eventual alteração. Terceiro é que quando a receita não está prevista há de haver a indicação de aonde se obterá essa receita. E o quarto, como o Presidente fez antes da votação, é a correção de erro material. Se esses princípios, que não estão no nosso Regimento, mas que subsidiariamente a lei manda que se complete com esses dogmas, se não houver a demonstração de que o equilíbrio não está preservado, de que não se há indicação dos recursos necessários a esse complemento, qual seria o erro e qual a fonte da

receita, evidentemente que essas propostas não podem ser apreciadas. Se não houver essa indicação os parlamentares podem, no Congresso, apresentar emendas, como os Conselheiros também o podem. Essa é minha dificuldade.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Dr. Manssur, justo este ponto que chamo atenção, porque o que reza em nosso Regulamento é a forma como se apresentam propostas. E essa proposta trata de refazer o reequilíbrio financeiro.

Presidente – Perfeitamente, é o artigo 45.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Esse, desculpe-me o termo, refazimento do equilíbrio financeiro demanda uma modificação e não é um aglutinado somente. É essa interpretação que gostaria de trazer.

Presidente – Eu não sou dessa área específica, se não houver essa demonstração obviamente que fica prejudicada.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Agradeceu.

Jorge Augusto de Albuquerque Ehrhardt – Dr. Manssur, ponderando, conversando com várias pessoas eu faço a seguinte proposição: que esse assunto entre estudo para a próxima PO. Obrigado.

Presidente –foi isso que propusera ao Presidente, diante do que o Conselheiro Fein falara, de que é uma proposta muito importante, que completa o que a Conselheira Cappellano falara no item AVoz do Conselheiro no passado, que fica como uma recomendação,

Alexandre Perrone Lomonaco – Estão me questionando, só por isso que queria esclarecer.

Presidente – Foi na Voz do Conselheiro e Voz do Conselheiro são propostas que encaminhei à Diretoria. Ela encampou em boa hora, porque veio muito bem-vinda. Agora temos aqui do Conselheiro Tatit, que recepcionei, primeiro supressiva, porque ele suprime se for o caso, se houver necessidade, mas adita três obras aqui. Diz ele: após ter analisado a relação de obras, reformas constantes, página 97 da Proposta, venho apresentar outra de inclusão, de soma, de adição, de três obras, reformas nessa relação. A primeira: recuperação estrutural do reservatório elevado/caixa d'água, situado próximo às quadras 7 e 8 de Tênis. Sustenta que é visível a necessidade de recuperação do reservatório. Parece que isso se chama benfeitoria necessária. E quanto mais tempo demorarmos para executarmos essa obra esse serviço trará prejuízo ao Clube. Ele estima esse valor em torno de R\$350 mil. Lembra que conforme o inciso II, do artigo 37, do Regimento Interno, o Fundo Especial, é o Fundo de Investimento, deverá ser utilizado na execução de obras e reformas, portanto, esse recurso pode ser com esse Fundo de Investimento. A segunda é uma instalação de um novo elevador para o CCR, pelas razões que ele dispôs, que pode quebrar e pessoas terão que subir as escadas. Valor estimado em R\$250 mil. Terceiro é acessibilidade para deficientes, aí não é nem ato de gestão, se isso for de regra, é uma matéria de ordem pública, porque é determinação da instituição fenomenal, que é o Ministério Público, que é uma instituição do maior respeito. São essas as colocações que ele faz.

Alexandre Perrone Lomonaco – Sr. Presidente, desculpe-me, o Presidente da Diretoria veio ao Plenário e explicou que a primeira e a terceira já estão no Custeio e estão sendo executadas.

Presidente – Primeira e acessibilidade, não é?

Alexandre Perrone Lomonaco – Exatamente, então, veja, eu teria que tirar agora do Custeio, gerar um superávit e mexer. Desculpe-me, está fora dos termos.

Presidente – Ele propõe o Investimento.

Alexandre Perrone Lomonaco – Se eu puser no Investimento vou gerar uma sobra no Custeio. Infelizmente não é possível fazer isso.

Presidente – Mas não vai executar com as obras do Custeio. O senhor pretendia fazer isso com verba do Custeio, Presidente Cappellano?

Alexandre Perrone Lomonaco – Sim, é manutenção. Quando vier o Plenário discute. Assim já está na Proposta.

Presidente – Acho que o reservatório é manutenção, mas acessibilidade...

Alexandre Perrone Lomonaco – Já está sendo feita. E a segunda, o elevador, acho que é uma recomendação.

Presidente – A recomendação para construção do elevador. Então, a primeira e terceira propostas já fazem parte de execução de obras. E a segunda fica como recomendação, para que o senhor reveja o elevador, está bem, Presidente? Posteriormente temos aqui uma emenda do Conselheiro Moreno, que ele propõe a implantação do Centro de Aprendizagem Social e Cultural para as crianças, a exemplo do CAD. O que se fizer às crianças é bom, certo, Presidente? É uma emenda, ele propõe a implantação do Centro de Aprendizagem Social e Cultural para as crianças, a exemplo do CAD. Não tem previsão aqui de valores, então, eu recebo como recomendação, está bem? Finalmente, colocou em votação a Proposta da Diretoria, com aquelas aprovadas da Comissão Financeira, incluídas as recomendações então formuladas, tendo a matéria sido aprovada por unanimidade de votos.

Presidente – Informou quantos Conselheiros tinham assinado a lista de presença e deu por encerrada a Reunião a 01:10 horas do dia 1º de novembro de 2015.

Obs: Esta Ata foi aprovada na 655ª Reunião Extraordinárias do Conselho Deliberativo, realizada no dia 01 de fevereiro de 2016, com as alterações já dela constantes.

José Manssur
Presidente do Conselho Deliberativo

Antonio Alberto Foschini
Primeiro Secretário do Conselho Deliberativo